



VILAREALSTºANTONIO

1

Hélic6sl

ATA Nº. 20/2017

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 29 de agosto de 2017.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2017, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, **Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves**, Técnica Superior da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores, **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Ana Paula Véstia Guerreiro Mendonça**, **David Matias Murta**, **Célia Maria Marques da Rosa Paz** e **Álvaro Filipe Madeira Leal**, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:


- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DE ATAS;
- PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO ATÉ AO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2017 DO SR. VEREADOR JOSÉ ESTÊVÃO CORREIA DA CRUZ
- CONCURSO PÚBLICO PARA A SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE RECLASSIFICAÇÃO DE SOLO RÚSTICO EM SOLO URBANO;
- INCLUSÃO DO NOVO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO, APROVADO PELA PORTARIA Nº454/2001, DE 5 DE MAIO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA ENGENHARIA ELETROTÉCNICA 2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;



Háuib

- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA INFANTE D. HENRIQUE, N.º 25, R/C DIREITO, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - AUGUSTA FELISMINA OLIVA HORTA RIBEIRO;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. JOSÉ FRANCISCO GUIMARÃES, N.º 39 E RUA INFANTE D. HENRIQUE, (FRAÇÃO G) EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RUI MIGUEL DA COSTA LEITE;
- MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ODIANA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BAIXO GUADIANA NO ÂMBITO DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL;
- RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - MARIA DA GRAÇA REIS ESPIRITO SANTO;
- APOIO A CONCEDER À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA SECUNDÁRIA, COM TERCEIRO CICLO, DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NO ÂMBITO DA COLOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DO ESPAÇO DESPORTIVO EXTERIOR NA ESCOLA SECUNDÁRIA;
- APOIO A CONCEDER À CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA A REMODELAÇÃO E OBRAS NA SEDE E NO APOIO À ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “11º PASSEIO CICLOTURISMO”;
- APOIO A CONCEDER À ASSOCIAÇÃO NAVAL DO GUADIANA PARA PARTICIPAÇÃO DE 8 VELEJADORES NO CAMPEONATO DE PORTUGAL DE INFANTIS E INICIADOS;
- APOIO A CONCEDER AO GRUPO DESPORTIVO “OS CUICOS” PARA O APETRECHAMENTO DA SECÇÃO DE FUTEBOL DE FORMAÇÃO;
- APOIO A CONCEDER À ASSOCIAÇÃO DE PESCA ARTESANAL DA BAÍA DE MONTE GORDO;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS;
- PROPOSTA DE REPOSIÇÃO DOS 25 DIAS DE FÉRIAS PARA OS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências do Sr. Vereador João Filipe de Brito Sol Pereira, por se encontrar numa reunião na AMAL, e do Sr. Vereador Luís Miguel Cristo Salvador Salas, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respetivas faltas.

 Hélio Costa

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 4.003.320,20 € (quatro milhões três mil, trezentos e vinte euros e vinte cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vereador Álvaro Leal referiu que na primeira reunião do corrente mês solicitou informação relativa à situação do Posto de Turismo de Monte Gordo, que através do Sr. Deputado Paulo Sá soube que o mesmo iria ser demolido ao que a Sra. Vice-Presidente disse que a Câmara não tinha qualquer comunicação da Região de Turismo do Algarve sobre a sua demolição e que iria tentar obter informação sobre a situação.

O Sr. Presidente comunicou que foi pedido à Região de Turismo do Algarve informação relativa à sua demolição e que até à presente data a Câmara não foi informada.

Pelo Sr. Vereador David Murta, foi dito que lhe havia sido transmitido numa reunião que o edifício não se enquadrava no projeto de requalificação da praia de Monte Gordo elaborado pela SGU, pelo que iria ser demolido.

O Sr. Presidente respondeu que, o que foi referido na intervenção do Sr. Vereador David Murta faltava à verdade, porque a área onde está implementado o Posto de Turismo de Monte Gordo é da jurisdição da Agência Portuguesa do Ambiente e por conseguinte excluído de qualquer intervenção da responsabilidade da Câmara Municipal e da SGU.

Hélio Costa

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DE ATAS.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Ana Paula Mendonça e David Murta, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 16 da reunião ordinária realizada em 4 de julho de 2017;

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e do Sr. Vereador David Murta, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 17 da reunião ordinária realizada em 18 de julho de 2017.

5
Heuicost

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO ATÉ AO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2017, DO SR. VEREADOR JOSÉ ESTÊVÃO CORREIA DA CRUZ.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar o pedido de suspensão do mandato do Sr. Vereador José Estêvão Correia da Cruz, até ao dia 30 de setembro de 2017, por motivos da sua vida particular, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

- Para os devidos efeitos se consigna que o Sr. Vereador Álvaro Leal não tomou posição.

CONCURSO PÚBLICO PARA A SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE RECLASSIFICAÇÃO DE SOLO RÚSTICO EM SOLO URBANO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, e o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser selecionado o concorrente TURCONGEL – Turismo, Urbanização, Construção e Gestão, S.A., não selecionar o agrupamento concorrente composto por VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A., pela Nobre & Abel, Lda., por José Manuel Duarte Canuto, Joana Feliciano Viegas Canuto e Maria Valdívia de Sousa Canuto, por Francisco Miguel Moreira Calejo Pires em representação de Joaquim Manuel Xavier da Rosa, aprovar a minuta de contrato de planeamento, com fundamento no teor do Relatório final do Concurso Público para seleção de propostas de reclassificação de solo rústico em solo urbano do Júri do Procedimento, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



- Pelos Senhores Vereadores David Murta e Célia Paz foi formulada a seguinte declaração de voto:

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta inicial, no sentido de ser retirado o ponto da ordem de trabalhos de forma a poderem analisar melhor o conteúdo da mesma, designadamente no que concerne às áreas em causa e à localização em concreto dos solos a reclassificar. Assim como que a mesma pudesse vir acompanhada de parecer jurídico devidamente válido.

Face aos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente sobre o assunto, e compreendendo a necessidade de reclassificar a utilização de alguns solos dada a limitação geográfica do concelho, os Vereadores do Partido Socialista entenderam retirar a sua proposta, deixando a sua tomada de posição final quando a proposta de plano venha a ser apresentada pelo concorrente e sujeita a nova reunião de câmara.

INCLUSÃO DO NOVO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO, APROVADO PELA PORTARIA Nº454/2001, DE 5 DE MAIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizada a assinatura do Protocolo com a inclusão do novo Anexo I do Contrato de Concessão por parte do Município de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

I
Heuclos.



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA ENGENHARIA ELETROTÉCNICA 2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços, em regime de avença, na área da Engenharia Eletrotécnica, durante 1 (um) ano, no âmbito da gestão, conservação, requalificação e reabilitação das infraestruturas de iluminação pública e eficiência energética do Município, de forma a prosseguir com a manutenção do Programa de Eficiência Energética, com a entidade Walter Alexandre Ferro Martins, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA INFANTE D. HENRIQUE, N.º 25, R/C DIREITO, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - AUGUSTA FELISMINA OLIVA HORTA RIBEIRO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na fração autónoma, designada pela letra A, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8567, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 44,09 m², com a área total de 69,7 m², destinado a habitação, localizado na Rua Infante D. Henrique, n.º 25, R/C direito, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



Hélio Costa

EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. JOSÉ FRANCISCO GUIMARÃES, N.º 39 E RUA INFANTE D. HENRIQUE, (FRAÇÃO G) EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RUI MIGUEL DA COSTA LEITE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação da fração autónoma, designada pela letra G, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8730, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 61,8 m², destinado a habitação, localizado na Rua Dr. José Francisco Guimarães, n.º 39 e Rua Infante D. Henrique, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

10
Hélio G. L.

MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ODIANA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BAIXO GUADIANA NO ÂMBITO DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a celebração do Protocolo entre o Município de Vila Real de Santo António e a Odiana – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana, de forma a assegurar o funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional por mais um ano, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

- O Sr. Vereador David Murta solicitou que lhe fosse facultado um relatório sobre o trabalho desenvolvido pelo Gabinete.

RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - MARIA DA GRAÇA REIS ESPIRITO SANTO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 27% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

11
Heinrich

APOIO A CONCEDER À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA SECUNDÁRIA, COM TERCEIRO CICLO, DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NO ÂMBITO DA COLOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DO ESPAÇO DESPORTIVO EXTERIOR NA ESCOLA SECUNDÁRIA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado o apoio financeiro a conceder à Associação de Pais da Escola Secundária, com terceiro ciclo, de Vila Real de Santo António no âmbito da colocação de pavimentação do espaço desportivo exterior na escola secundária, no valor de 8.132.70€ + IVA, documento que constitui parte integrante da presente ata.

APOIO A CONCEDER À CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA A REMODELAÇÃO E OBRAS NA SEDE E NO APOIO À ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “11º PASSEIO CICLOTURISMO”.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a atribuição de um apoio no montante de 15.000€ (quinze mil euros) à Casa do Sport Lisboa e Benfica em Vila Real de Santo António para a remodelação e obras na sede e no apoio à organização do evento “11º Passeio cicloturismo”, documento que constitui parte integrante da presente ata.

12
Heinrich.

APOIO A CONCEDER À ASSOCIAÇÃO NAVAL DO GUADIANA PARA PARTICIPAÇÃO DE 8 VELEJADORES NO CAMPEONATO DE PORTUGAL DE INFANTIS E INICIADOS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a atribuição de um apoio no montante de 3.000,00 € (três mil euros) à Associação Naval do Guadiana para participação de oito velejadores no Campeonato de Portugal de Infantis e Iniciados, documento que constitui parte integrante da presente ata.

APOIO A CONCEDER AO GRUPO DESPORTIVO “OS CUICOS” PARA O APETRECHAMENTO DA SECÇÃO DE FUTEBOL DE FORMAÇÃO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a atribuição de um apoio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) ao Grupo Desportivo “Os Cuicos” para o apetrechamento da secção de futebol de formação, documento que constitui parte integrante da presente ata.

13
Heu6sh.

APOIO A CONCEDER À ASSOCIAÇÃO DE PESCA ARTESANAL DA BAÍA DE MONTE GORDO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a atribuição de um apoio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) à Associação de Pesca Artesanal da Baía de Monte Gordo, documento que constitui parte integrante da presente ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA ALEXANDRA FREITAS GURTNER.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.



Heucbst.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA EUGÉNIA SARMENTO CAEIRO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA MANUEL PEREIRA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – KETI KRASIMIROVA ANGELOVA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

15
Heuckst.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA LUISA MATOSO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respectiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – EDITORA TINTA DA CHINA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respectiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respectiva ata.

16
Heic6sl.

PROPOSTA DE REPOSIÇÃO DOS 25 DIAS DE FÉRIAS PARA OS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

- Pelo Sr. Presidente foi apresentada e lida a Informação da Chefe da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documento que constitui parte integrante da presente ata.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Álvaro Leal, no sentido da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António tome as diligências necessárias junto dos seus serviços jurídicos e do sindicato representativo dos trabalhadores da autarquia para, no prazo de um mês, proceder à celebração de um acordo que permita a reposição dos 25 dias de férias, documento que constitui parte integrante da presente ata.

17
Hélio Gsl.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registaram-se as seguintes intervenções:

D. Maria Helena Santos Piedade, apresentou uma reclamação sobre a situação do seu apartamento em frente do Casino de Monte Gordo, por causa das condutas que estão junto ao mesmo e são da gelataria / restaurante Sol e Mar.

Sr. Mariano referiu que compulsou no portal eletrónico da Autarquia o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Concelho e questionou se estava atualizado considerando que o Plano datava do ano de 2011.

O Sr. Presidente informou o munícipe que o Plano está aprovado pelas entidades competentes e que todos os anos são realizadas reuniões sobre a sua adequabilidade. Acrescentou ainda, que existe uma equipa de sapadores florestais financiada pela Câmara Municipal.

Sr. José Veia questionou sobre a propriedade dos placard que estão a ser utilizados pela candidatura da Sra. Maria Conceição Cabrita, se são da Autarquia.

Ao que o Sr. Presidente respondeu que não iria entrar em discussão política.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas nove horas e cinquenta minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Hélia Maria Mestre Valente da Costa Gonçalves, Técnica Superior da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, a redigi, subscrevo e assino.



Hélic6sL.

José Estêvão Correia da Cruz

Rua do Jornal do Algarve, 4, Bloco 4, 2º Esquerdo
8900-315 Vila Real de Santo António

19
Hélio G. L.

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

Exmº Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Vila Real de Santo António

Vila Real de Santo António, 11 de Agosto de 2017

ASSUNTO: SUSPENSÃO DE MANDATO

Venho solicitar o prolongamento da suspensão do mandato até ao dia 30 de setembro de 2017, por motivos de natureza pessoal.

Aproveito a oportunidade para apresentar os melhores cumprimentos a V.
Exª e a todo o executivo camarário.

O Vereador





VILAREALSTºANTONIO

Proposta

20
Heic6sl.

N.º Propostas/2017/293

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

ASSUNTO:

Concurso Público para a Seleção de Propostas de Reclassificação de Solo Rústico em Solo Urbano

CONSIDERANDO QUE:

- O procedimento pré-contratual para Seleção de Propostas de Reclassificação de Solo Rústico em Solo Urbano, aprovado em reunião de câmara datada de 14 de março de 2017;
- Decorrido todo o procedimento concursal resultou na elaboração pelo Júri do Procedimento designado para o efeito, do relatório final do mesmo, devendo ser submetido ao órgão competente para a decisão de contratar (Câmara Municipal), para decisão de seleção;
- Deverá ser celebrado contrato de planeamento com a entidade selecionada, sendo que anexa-se minuta de contrato para aprovação;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

- A seleção do concorrente TURCONGEL – Turismo, Urbanização, Construção e Gestão, S.A..
- A não seleção do agrupamento concorrente composto por VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A., pela Nobre & Abel, Lda, por José Manuel Duarte Canuto, Joana Feliciano Viegas Canuto e Maria Valdívia de Sousa Canuto, por Francisco Miguel Moreira Calejo Pires em representação de Joaquim Manuel Xavier da Rosa.
- A aprovação da minuta de contrato de planeamento.

Vila Real de Santo António, 24 de Agosto de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO

21
f
PAZ
HenricosL

Relatório Final do Concurso Público Para Seleção de Propostas de Reclassificação de Solo Rústico em Solo Urbano

(Art. 148º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro)

1. Preâmbulo

O Município de Vila Real de Santo António está a levar a efeito um Concurso público, com vista à receção de propostas de reclassificação de solo rústico em solo urbano.

O presente procedimento de concurso público foi adotado ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20º do CCP, tendo a decisão de contratar, ao abrigo do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, sido tomada pelos órgãos competentes da Entidade Adjudicante, conforme deliberação da Câmara Municipal, na reunião de 14 de março de 2017, de Vila Real de Santo António.

O prazo limite para apresentação de propostas concluiu no dia 8 de junho de 2017, pelas 17 horas, na plataforma eletrónica VORTALGOV.

2. Abertura de propostas dos concorrentes

No dia 09 de junho de 2017, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelos concorrentes na plataforma eletrónica. O Júri do Procedimento designado para o efeito, constituído pelos Srs. Dr. David Silva, na qualidade de presidente, Dr. João Catarino dos Santos Eleutério, na qualidade de vogal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, Dr.ª Ana Teresa Guerreiro, na qualidade de vogal, que procederam à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica, conforme previsto no n.º 1 do



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

1/5



VILAREALSTºANTONIO

22
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

art. 138º do DL 18/2008, de 29 de Janeiro.

Henriest.

3. Propostas Submetidas

Foram submetidas pelos concorrentes, as seguintes propostas:

- O agrupamento concorrente composto pela VRSA Sociedade de gestão Urbana EM SA, pela Nobre e Abel Lda., por José Manuel Duarte Canuto, Joana Feliciano Viegas Canuto e Maria Valdívia de Sousa Canuto, por Francisco Miguel Moreira Calejo Pires em representação de Joaquim Manuel Xavier da Rosa, apresentou proposta no dia 08 de junho de 2017, pelas 16:52H-----
- Turcongel -Turismo, Urbanização, Construção e Gestão, S.A. apresentou proposta no dia 6 de junho de 2017, pelas 17:29H.-----

4. Esclarecimento às propostas

Não foram solicitados esclarecimentos às propostas.

5. Critérios de adjudicação das propostas

O critério de seleção das propostas é o do cumprimento dos requisitos legal e procedimental previstos, bem como a viabilidade técnica e financeira do projeto apresentado para a reclassificação do solo rústico em solo urbano.

6. Concorrente excluído do concurso



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

2/9



VILAREALSTºANTONIO

23
Hilucbsl

Deliberou o Júri do Procedimento:

Agrupamento de entidades constituído por VRSA Sociedade de gestão Urbana EM SA, pela Nobre e Abel Lda., por José Manuel Duarte Canuto, Joana Feliciano Viegas Canuto e Maria Valdívia de Sousa Canuto, por Francisco Miguel Moreira Calejo Pires em representação de Joaquim Manuel Xavier da Rosa

No que refere à alínea ii da alínea a) do n.º 1 do artigo 16º do Programa de Procedimento, a proposta apresentada junta contratos de trabalho mas não identifica quais as funções na equipa multidisciplinar efetuando a correspondência às funções de Planeador de território, Engenheiro Civil e Técnico Urbanista, constituindo motivo de exclusão nos termos da alínea o) do n.º 2 do artigo 146º e alínea c) do n.º 2 do artigo 70º do Código dos Contratos Públicos configurando assim a impossibilidade de avaliação da mesma em virtude da forma de apresentação do respetivo atributo.

O agrupamento não apresenta ainda o documento solicitado no artigo 16º n.º 2, relativo ao n.º 1, a), i), do mesmo artigo que referia a obrigatoriedade de apresentação quando o concorrente fosse um agrupamento da declaração assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que deveria juntar-se os instrumentos de mandato emitido por cada um dos membros, ou, na falta destes, deveria ser assinada pelo representante de todos os seus membros.

Em causa o documento demonstrativo da experiência em projetos de aproveitamento do solo urbano, que não se encontra sob a forma de declaração e não está assinado pelas partes representantes do Agrupamento conforme exigido, constituindo motivo de exclusão nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70º e alínea d) do n.º 2 do artigo 146º do Código dos Contratos Públicos.



Município de Vila Real de St.º António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de St.º António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

3/9



VILAREALSTºANTONIO

24
J-4
Hélio Gil

O Júri constatou ainda que não constam da proposta documentos comprovativos da forma de obrigar seja através de certidões da conservatória do registo comercial, seja através de instrumentos de mandato.

Não anexam contrato de consórcio entre as respetivas partes nem instrumento de mandato a favor da VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A. para efeitos de representação do Agrupamento na submissão da proposta.

Nesta sequência viola a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, concretamente o n.º 4 do artigo 37º que refere: “(...)as plataformas eletrónicas devem prever a realização de procedimentos por agrupamento de entidades adjudicantes, disponibilizando para esse efeito campos para indicação dos dados de cada uma das entidades adjudicantes, nomeadamente designação e número de identificação de pessoa coletiva (NIPC), e demais dados necessários à exportação automática das fichas(...)”. O n.º 2 e o n.º 5 do artigo 67º que referem: no n.º 2 “De acordo com o número anterior, cabe ao concorrente codificar as propostas que apresenta, bem como apresentar a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, no âmbito do preenchimento do formulário principal.” E n.º 5: “O sistema de identificação que a plataforma eletrónica disponibiliza aos concorrentes deve respeitar os requisitos previstos no Portal dos Contratos Públicos para efeitos da transmissão da informação relativa a essa identificação da plataforma eletrónica para o Portal”.

Nestes termos não cumpre o disposto no artigo 62º do Código dos Contratos Públicos relativamente ao modo de apresentação das propostas atendendo a que no n.º 4 do referido artigo prevê que as propostas devem obedecer à apresentação nos termos definidos em diploma próprio (Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto) e ainda alínea l) do n.º do artigo 146º do CCP, leia-se “que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

u/g



VILAREALSTºANTONIO

25
Hérick
Hérick

termos do disposto no artigo 62º;".

O júri considera assim por unanimidade, que o agrupamento concorrente acima melhor identificado deverá ser excluído do presente concurso público.

7. Proposta admitida

O concorrente Turcongel -Turismo, Urbanização, Construção e Gestão, S.A. apresenta todos os documentos solicitados no artigo 16 do Programa de Procedimento que constituem os documentos da proposta.

8. Conclusão do Relatório Preliminar

O júri do procedimento considerando o esclarecimento efetuado em fase de concurso relativamente à análise das propostas, efetuou a avaliação formal das mesmas, ou seja, quanto à sua admissibilidade ou não a concurso em função de apresentarem ou não todos os documentos solicitados no ponto 16 do Programa de Procedimento, procedendo assim à sua admissão ou exclusão.

Face à complexidade técnica da matéria em causa, e atendendo a que a mesma será objeto de parecer obrigatório de entidades externas ao Município, a sua avaliação material será efetuada em fase posterior, pelos serviços competentes e no decorrer do processo de reclassificação.

Face ao exposto, deliberou o júri por unanimidade, propor a seleção do concorrente Turcongel - Turismo, Urbanização, Construção e Gestão, S.A. e a não seleção do Agrupamento de entidades constituído por VRSA Sociedade de gestão Urbana EM SA, pela Nobre e Abel Lda., por José Manuel Duarte Canuto, Joana Feliciano Viegas Canuto e Maria Valdívia de Sousa Canuto, por



Município de Vila Real de St. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de St. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

5/3



VILAREALSTºANTONIO

26
J. M. X. da Rosa
Heic6st

Francisco Miguel Moreira Calejo Pires em representação de Joaquim Manuel Xavier da Rosa.

9. Audiência Prévia

Tendo os concorrentes sido notificados do relatório preliminar para audiência prévia e eventual pronuncia, vieram ambos os concorrentes informar que nada têm a opor ao conteúdo do referido relatório, aceitando o mesmo, conforme documentos anexos.

10. Conclusão

Face ao exposto, deliberou o júri por unanimidade, propor a seleção do concorrente Turcongel - Turismo, Urbanização, Construção e Gestão, S.A. e a não seleção do Agrupamento de entidades constituído por VRSA Sociedade de gestão Urbana EM SA, pela Nobre e Abel Lda., por José Manuel Duarte Canuto, Joana Feliciano Viegas Canuto e Maria Valdívia de Sousa Canuto, por Francisco Miguel Moreira Calejo Pires em representação de Joaquim Manuel Xavier da Rosa.

Por não haver mais nada a tratar, foi lavrado o presente relatório final, que vai assinado pelos membros do júri do Procedimento.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

6/5

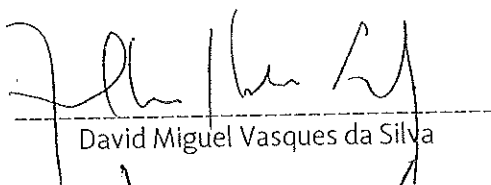


VILAREALSTºANTONIO

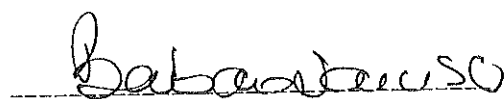
24
Hélicbsh.

Vila Real de Santo António, 24 de agosto de 2017

O Júri do Procedimento


David Miguel Vasques da Silva


João Catarino


Bárbara Rocha Narciso
(1º vogal suplente em substituição do 2º vogal efetivo)



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António



Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

1/5
www.cm-vrsa.pt

Dados Gerais

28

Referência da Consulta: Recl. de Solo Rústico em Solo Urbano
Descrição: Concurso Público para Seleção de Propostas de Reclassificação de Solo Rústico em Solo Urbano
Da Empresa: VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA
Utilizador: Joana Madeira
Data da Mensagem: 20 horas atrás (22-08-2017 15:42:32(UTC) Dublin, Edinburgh, Lisbon, London (GMT Horário de Verão))
Destinatários: Município de Vila Real de Santo António;
Referência: PT1.MSG.653748
Tipo: Geral
Assunto: RE: Comunicação do Relatório Preliminar


Assinado por VERA LUCIA ROMAO
CORVO 22-08-2017 14:42 em (UTC)
utilizando DigitalSign
Qualified CA (Valid)


HEUC6SL

Corpo da mensagem

Exmos. Srs,

Nada temos a opor relativamente ao relatório preliminar apresentado.

Cumprimentos.

21-08-2017 17:09:24 Município de Vila Real de Santo António

Exmos. Senhores,

Serve a presente mensagem para divulgar o Relatório Preliminar, em anexo, do referido procedimento.

O presente Relatório Preliminar está sujeito a audiência prévia escrita dos concorrentes, no prazo de (5) cinco úteis, nos termos do artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos.

Com os meus melhores cumprimentos,

O Gestor do Procedimento

8/9

Barbara Narciso

De: Madalena Carvalho
Enviado: quinta-feira, 24 de Agosto de 2017 11:29
Para: Barbara Narciso
Cc: David Silva
Assunto: FW: Concurso Publico para reclassificação de solo rústico em solo urbano - Turcongel sa

Importância: Alta

De: Turcongel SA [<mailto:turcongel@hotmail.com>]
Enviada: quinta-feira, 24 de Agosto de 2017 11:27
Para: Madalena Carvalho
Assunto: Concurso Publico para reclassificação de solo rústico em solo urbano - Turcongel sa

À Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Exmo. Júri de Procedimento de Concurso Público

Por dificuldade de acesso à plataforma Vortal, vimos por este meio informar V.Exas do seguinte:

A Turcongel já tomou conhecimento do relatório preliminar do Concurso Publico de reclassificação de solo rústico em solo urbano, sobre o qual concordamos nada tendo a opor. Desta forma prescindimos também do restante prazo de audiência escrita para objeções ao referido relatório.

Com os nossos respeitosos cumprimentos

Turcongel s.a.

João Ferreira (Eng.)
Tm. 96 70 222 65

Tel. 281 950 560

Enviado do Correio para Windows 10

MINUTA DE CONTRATO PARA PLANEAMENTO



30
Hélgia L.

ENTRE:

MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, pessoa coletiva n.º [●], com sede na [●], em Vila Real de Santo António, neste acto representado por [●], na qualidade de [●], com poderes para o acto nos termos legais, adiante designado por "*Primeiro Outorgante*";

E

[●] com sede [●], com o número único de Pessoa Colectiva e matrícula [●], com o capital social de € [●], registada na Conservatória do Registo Comercial [●], neste acto representada pelos Senhores [●] e [●], na qualidade de [●] com poderes para o acto, adiante designada por "*Segunda Outorgante*";

CONSIDERANDO QUE:

- A. A *Segunda Outorgante* é actual proprietária de um terreno, com cerca de [●] ha, sito [●] cuja delimitação consta da planta em anexo ao presente Contrato – *Anexo [●]* – e que dele constitui parte integrante;
- B. A *Segunda Outorgante* apresentou proposta de reclassificação de solo rústico em solo urbano no procedimento designado [●], tendo a mesma sido seleccionada pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António;
- C. A *Segunda Outorgante* pretende instalar / construir no terreno supramencionado um empreendimento constituído por [●], num total de investimento de cerca de [●];
- D. O *Primeiro Outorgante* reconhece a importância da localização do referido empreendimento, na medida em que contribui para reforçar a estratégia de desenvolvimento concelhio de criação de novas áreas de expansão urbana em Vila Real de Santo António, através da reclassificação do solo rústico em solo urbano;
- E. A existência de um novo enquadramento planificatório para a área em causa (de ora em diante designada como "Área de Intervenção", cuja delimitação consta da planta em anexo ao presente Contrato – *Anexo [●]* - e

que dele constitui parte integrante), também observa as directivas do Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve (PROT Algarve), designadamente:

- É coerente com as prioridades estabelecidas no programa de execução do PROT Algarve;
- Tem condições para salvaguardar os recursos naturais em presença;
- Tem condições para contratualizar com o Município a execução de um Plano de Pormenor e, posteriormente, um Plano de Urbanização, que dê resposta aos Termos de Referência, apresentados pela Segunda Outorgante no âmbito do supra referido procedimento concursal, cuja minuta se encontra em anexo a este Contrato (*Anexo [●]*) e que dele constitui parte integrante;

F. A localização pretendida para o investimento da *Segunda Outorgante* enquadra-se na estratégia de desenvolvimento e no modelo territorial prosseguido/defendido por esta Câmara Municipal, razão pela qual se admite a reclassificação do uso do solo, a fim de permitir a concretização do investimento em causa;

G. Tal como resulta das peças do aludido procedimento concursal e da proposta da Segunda Outorgante apresentada naquela sede, a reclassificação do uso do solo, tendo um carácter excecional, justifica-se porque [●];

H. O *Primeiro Outorgante* pretende, assim, elaborar um Plano de Pormenor para a Área de Intervenção (*Anexo [●]*), que desenvolva e concretize as opções estratégicas por si definidas;

I. O princípio da contratualização, constante na alínea h) do artigo 5.º da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, e consubstanciado, em concreto, no artigo 72.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, consagra o enquadramento normativo da figura do contrato para planeamento no âmbito da reclassificação do uso do solo, visando concertar/articular os interesses públicos e privados, sem alienar a responsabilidade pelas opções de ocupação do território, as quais cabem em exclusivo aos órgãos municipais;

J. Os *Outorgantes* reconhecem o interesse e as vantagens mútuas na colaboração contratualizada, de modo a permitir a concretização dos desideratos acima enunciados;

K. A parceria que o presente Contrato estabelece em nada afecta o reconhecimento de que o poder de planeamento é público e depende, nos termos da lei, da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e da Assembleia Municipal, entidades com competência para a concreta determinação do conteúdo material do Plano em causa, sem prejuízo dos interesses e legítimas expectativas da *Segunda Outorgante*;

L. Do reconhecimento afirmado no Considerando antecedente, resulta que em circunstância alguma o conteúdo do presente Contrato impede ou condiciona o cumprimento da lei, no que respeita ao procedimento de elaboração e de aprovação dos instrumentos de gestão territorial, em conformidade com o disposto na lei, designadamente, a participação de todos os interessados e o exercício de competências por parte de outras entidades públicas;

M. O presente Contrato foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, na reunião de [●], cuja acta se junta como anexo a este Contrato (*Anexo [●]*) e que dele constitui parte integrante, tendo-se procedido à divulgação pública do seu teor;

Os *Outorgantes* acordam nos termos do presente Contrato, constantes dos Considerandos anteriores e Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJECTO

O presente Contrato tem por objecto a elaboração do Plano de Pormenor com vista à reclassificação do uso do solo (adiante designado por PP), para a Área de Intervenção identificada na planta anexa (*Anexo [●]*), bem como a realização de todas as acções, estudos e trabalhos necessários à sua aprovação, nos termos da deliberação da Câmara Municipal, na reunião de [●], em anexo a este Contrato (*Anexo [●]*) e que dele constituem parte integrante

CLÁUSULA SEGUNDA

OBRIGAÇÕES DO PRIMEIRO OUTORGANTE

Compete ao *Primeiro Outorgante*, enquanto responsável pela elaboração do PP, dirigir o respetivo procedimento, através dos seus serviços técnicos, e obter os pareceres que forem exigidos por lei, sem prejuízo do acompanhamento facultativo pela da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRA), conforme previsto no artigo 86.º do RJIGT.

CLÁUSULA TERCEIRA

OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO OUTORGANTE

A Segunda Outorgante, na qualidade de colaboradora na elaboração dos trabalhos, obriga-se a:

- a) Desenvolver todos os procedimentos técnicos necessários para a elaboração do PP, em articulação com os serviços técnicos do *Primeiro Outorgante*, nomeadamente, nos termos do previsto:

- i. No Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 80.-A/2007, de 7 Setembro;
 - ii. Na Lei 30/2014, de 30 de Maio;
 - iii. No Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio;
 - iv. No Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de Agosto;
 - v. No Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, publicada no DR n.º 149 1.ª série, de 3 de Agosto, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 85-C/2007, de 2 de Outubro;
 - vi. No Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António;
 - vii. Respeitar todos os elementos da Proposta por si apresentada (e posteriormente seleccionada) no âmbito do procedimento concursal referido no Considerando [I];
 - viii. Nos demais planos e legislação aplicáveis, bem como orientações expressas pelos serviços técnicos competentes da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.
- b) Assegurar os encargos financeiros inerentes à elaboração técnica e à preparação dos elementos jurídicos para a tramitação da elaboração do PP;
 - c) Informar imediatamente o *Primeiro Outorgante* de qualquer facto ou situação de força maior susceptível de provocar atrasos, relativamente aos prazos fixados no n.º 1 da Cláusula Quinta;
 - d) Praticar os actos e celebrar os contratos que se venham a mostrar necessários à execução dos trabalhos previstos na Cláusula Primeira, bem como a desenvolver, de forma célere, as diligências necessárias para garantir a sua conclusão nos prazos fixados;
 - e) Aceitar o acompanhamento, direcção e controlo do processo por representantes designados pelo *Primeiro Outorgante*;
 - f) Proporcionar ao *Primeiro Outorgante* a informação e o acesso à documentação que habilitem a conhecer e avaliar o desenvolvimento dos trabalhos e cumprimento das orientações definidas;
 - g) Entregar ao *Primeiro Outorgante*, o número de exemplares necessários a cada uma das fases do processo de elaboração do PP, de acordo com o conteúdo documental e material, conforme estabelecido nos artigos 102.º (conteúdo material) e 107.º (conteúdo documental), ambos do Decreto-Lei n.º 80/2015.

CLÁUSULA QUARTA

EQUIPA TÉCNICA

1. A Segunda Outorgante proporá, no prazo de 10 dias, após a assinatura do presente Contrato, ao Primeiro Outorgante, para aprovação, a composição da equipa técnica multidisciplinar para a elaboração do PP, em articulação com os serviços técnicos do Primeiro Outorgante.
2. A equipa técnica multidisciplinar, aprovada nos termos da Cláusula anterior, deve nos seus trabalhos, observar as indicações e solicitar as orientações e instruções de que necessite ao Primeiro Outorgante, actuando sempre sob a sua responsabilidade e direcção.
3. As orientações e instruções referidas no número anterior devem consistir em instruções claras, precisas e conformes às normas em vigor e ser transmitidas, por escrito, pelo Primeiro Outorgante e equipa técnica.
4. A obrigação de cumprir as instruções e orientações definidas pelo Primeiro Outorgante, consagrada na presente Cláusula, não consubstancia, em caso algum, a existência de uma relação de subordinação jurídica, de dependência ou análoga, entre o Primeiro Outorgante e a equipa técnica.

CLÁUSULA QUINTA

PRAZO DE ELABORAÇÃO

1. A Segunda Outorgante compromete-se a diligenciar, em articulação com o Primeiro Outorgante, no sentido de o PP estar concluído e em condições de ser submetido a aprovação no prazo máximo de [●] meses, a contar da data referida no número 4 desta Cláusula.
 - a) Participação Preventiva;
 - b) Acções preparatórias e outros documentos de estudo, incluindo a Avaliação Ambiental Estratégica (Definição de Âmbito);
 - c) Estudo Prévio/Documento Estratégico;
 - d) Proposta de Plano;
 - e) Acompanhamento;
 - f) Discussão Pública;
 - g) Ponderação e elaboração de resposta fundamentada à eventual participação pública;
 - h) Elaboração da versão final da proposta de Plano;
 - i) Aprovação (Reunião de Câmara e Assembleia Municipal);
2. No caso de atraso no cumprimento dos prazos referidos no número anterior, por razões imputáveis à Segunda Outorgante, esta informará o Primeiro Outorgante e poderá solicitar a reformulação do cronograma de trabalhos, entregue pela equipa técnica, com a devida fundamentação.
3. A alteração dos prazos previstos para a conclusão das diferentes fases, referidas no número um da presente Cláusula, será sempre aceite pelo Primeiro Outorgante, desde que tal alteração decorra de

demora, para além dos prazos legais, na apreciação pelas entidades competentes dos documentos/elementos que lhes sejam submetidos pela Segunda Outorgante ou pela equipa técnica.

4. Os trabalhos conducentes à elaboração do PP iniciam-se com a deliberação da Câmara Municipal, relativa à aprovação da composição da equipa técnica multidisciplinar para a elaboração do Plano, conforme previsto no n.º 1 da Cláusula Quarta.
5. Em cada uma das fases do processo de elaboração do plano, a equipa técnica entregará 1 (um) exemplar completo, em suporte papel e em suporte digital editável (CD/DVD com ficheiros originais editáveis e pdf), para efeitos de análise prévia. Após as respectivas apreciações e, se for o caso, introduzidas as alterações, correcções ou melhorias que lhe forem recomendadas, a equipa técnica fornecerá novo exemplar completo, em número e suportes iguais ao referido atrás, para validação dos serviços técnicos do *Primeiro Outorgante*.
6. A equipa técnica deverá ainda entregar 10 (dez) exemplares completos em suporte papel e em suporte digital (ficheiros originais editáveis e pdf), do trabalho validado nos termos do número anterior, para procedimentos inerentes às deliberações camarárias, sem prejuízo do número de exemplares que venha a ser exigível para efeitos de consulta às entidades externas, conferência de serviços, conhecimento e aprovação por parte da Assembleia Municipal.
7. A equipa técnica cede à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António a propriedade do trabalho realizado, devendo proceder à entrega de toda a informação de base e dos documentos originais com eles relacionados.

CLÁUSULA SEXTA

ACOMPANHAMENTO E PROCEDIMENTO

1. O acompanhamento, direcção e controlo do desenvolvimento dos trabalhos são da responsabilidade do *Primeiro Outorgante*, que promoverá a realização de reuniões periódicas sempre que tal seja considerado necessário.
2. O *Primeiro Outorgante* envidará todos os esforços que estiverem ao seu alcance no sentido de obter, de forma célere, os pareceres e demais diligências de acompanhamento por parte das entidades públicas ou privadas com legitimidade bastante para se pronunciarem no âmbito do procedimento de elaboração do PP.
3. O *Primeiro Outorgante* compromete-se a adoptar todas as diligências necessárias no sentido de submeter a proposta de Plano à aprovação pela Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.
4. O *Primeiro Outorgante* obriga-se a manter a Segunda Outorgante permanentemente informada no que concerne ao andamento dos trabalhos de acompanhamento, promovendo a participação e intervenção desta sempre que se repute necessária aos objectivos subjacentes a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA**CONTRATUALIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PLANO**

De acordo com o disposto no art.º 8 do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, o PP deve ser acompanhado de contrato de urbanização, no qual devem ser fixados os encargos urbanísticos das operações necessárias à execução do PP, o respetivo prazo, as condições de redistribuição de benefícios e encargos, considerando todos os custos urbanísticos e todos os interessados envolvidos.

CLÁUSULA OITAVA**RESERVA DE NÃO APROVAÇÃO DO PLANO**

O *Primeiro Outorgante* reserva-se o direito de não aprovar a proposta de PP, no pleno exercício dos seus poderes públicos de planeamento urbano.

CLÁUSULA NONA**ALTERAÇÕES NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL**

A solução urbanística a desenvolver para o PP implica uma alteração na classificação actual do solo, em especial no que concerne à categoria do solo da Área de Intervenção, pelo que o *Primeiro Outorgante* obriga-se a envidar todos os esforços necessários para promover os procedimentos que decorram do cumprimento dos respectivos regimes legais aplicáveis, junto das entidades competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA**VIGÊNCIA**

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura e mantém-se até à publicação do PP, nos termos legais.
2. Em caso de incumprimento definitivo por causa imputável a um dos Outorgantes, pode o outro, a qualquer momento, fazer cessar o presente Contrato.
3. Para os efeitos do número anterior, o Outorgante não faltoso deverá enviar uma notificação escrita ao Outorgante faltoso conferindo-lhe um prazo não inferior a 30 (trinta) dias para que o mesmo cumpra a obrigação em falta, considerando-se o incumprimento como definitivo e, como tal, susceptível de conferir ao Outorgante não faltoso a faculdade de cessar e pôr termo aos efeitos do presente Contrato, caso a obrigação em causa não seja cumprida até ao final do prazo que tenha sido conferido pelo Outorgante não faltoso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS E/OU REGULAMENTARES**

1. Qualquer dos *Outorgantes* terá a faculdade de fazer cessar as obrigações constantes do presente Contrato se o quadro legal e/ou regulamentar em vigor for materialmente alterado, desde que tais alterações incidam sobre as obrigações objecto do Contrato e tenham um impacto material na execução das mesmas e/ou tornem impossível o cumprimento das obrigações e prestações de parte a parte previstas no mesmo.
2. Caso o disposto no número anterior se venha a verificar, os *Outorgantes* procurarão, de boa-fé, adaptar e conciliar as obrigações previstas neste Contrato ao disposto no novo normativo legal e/ou regulamentar que estiver em vigor, no sentido de procurar definir uma solução alternativa que lhes permita alcançar os objectivos previstos nos Considerandos do presente contrato, dispondo de um prazo de 180 dias para o efeito, contado a partir da data da entrada em vigor das referidas alterações, podendo então o Contrato ser cessado por qualquer dos *Outorgantes* no caso de os mesmos não conseguirem, entre eles, consensualmente, encontrar neste prazo uma solução alternativa que lhes permita alcançar os objectivos previstos nos mencionados Considerandos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

ALTERAÇÃO AO CONTRATO

Qualquer alteração ao presente Contrato carece de acordo entre as partes e deverá ser reduzido a escrito e assinado pelos representantes legais dos *Outorgantes*.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

CONDIÇÃO

O disposto no presente Contrato não substitui o Plano, sendo que a alteração da classificação do solo referida na Cláusula Nona apenas adquirirá eficácia na medida em que vier a ser incorporado no referido Plano que, por sua vez, para o efeito, terá que ser definitivamente aprovado pela Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António e publicado de acordo com a lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

NOTIFICAÇÕES

Todas as notificações e comunicações a realizar nos termos do presente contrato, serão feitas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de recepção ou telefax, para os endereços dos *Outorgantes* abaixo indicados ou para outro endereço que qualquer dos *Outorgantes* venha, por escrito, a indicar. Para os efeitos desta Cláusula, o actual endereço das Partes é o seguinte:

Para o Primeiro *Outorgante*:

Município de Vila Real de Santo António

A/C Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Morada: []

Fax: []

34
Heic6sl.

Para a Segunda Outorgante:

[]

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Litígios

Qualquer questão emergente do presente Contrato, que faça surgir a necessidade de precisar, completar, interpretar ou actualizar o teor do mesmo, será dirimida com recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, no caso de os Outorgantes não conseguirem, entre eles, consensualmente, ultrapassar o diferendo.

O presente foi celebrado em duplicado, ficando um exemplar na posse do *Primeiro Outorgante*, outro na posse da Segunda Outorgante.

Vila Real de Santo António, [•] de [•] de 2015

O *Primeiro Outorgante*

.....

A *Segunda Outorgante*

.....



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

35

Heideckh.

Aprovado em reunião
29 AGO. 2017
de _____

N.º Propostas/2017/294

ASSUNTO:

Inclusão do novo Anexo I do Contrato de Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, aprovado pela Portaria nº454/2001, de 5 de Maio

CONSIDERANDO QUE:

- A) A EDP Distribuição, por concessão do Município, é a concessionária, em regime de serviço público, da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área do município de Vila Real de Santo António;
- B) Enquanto concessionária da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, de acordo com o disposto contrato tipo de concessão aprovado pela Portaria nº 454/2001, de 5 de Maio (doravante "Contrato Tipo de Concessão"), a EDP Distribuição é, designadamente, responsável pelo estabelecimento e, em regra, pela conservação das redes de iluminação pública dos municípios;
- C) Na prossecução da atividade referida no Considerando anterior, a EDP Distribuição tem vindo a instalar nas redes de iluminação pública os aparelhos de iluminação e respetivos suportes designados como "de tipo corrente" nos termos do Contrato Tipo de Concessão (doravante "Equipamentos de Tipo Corrente");
- D) Os Equipamentos de Tipo Corrente encontram-se identificados no Anexo I ao Contrato Tipo de Concessão, refletindo, ainda hoje, o paradigma tecnológico e de mercado de 2001;
- E) Nos termos do disposto no art.º 29º do Contrato Tipo de Concessão, o Anexo I pode ser revisto de cinco em cinco anos, se tal justificar, tendo em conta a evolução tecnológica e ou a redução dos custos e dos consumos, sem pôr em causa os níveis de iluminação aconselháveis;
- F) Nos termos do disposto no mesmo artigo, na definição de Equipamentos de Tipo Corrente, deverá ser, no entanto, tida em conta, para cada tipo de rede, a utilização de lâmpadas de adequado rendimento, com observância dos critérios de normalização e mais eficiente racionalização de energia;
- G) Tendo presente a evolução tecnológica e de mercado verificada nos aparelhos de iluminação e respetivos suportes desde 2001 e, nomeadamente, o grau de maturidade atingido pelas luminárias com tecnologia LED, a EDP Distribuição acordou com a ANMP a revisão do Anexo I ao Contrato Tipo de Concessão, nos termos do protocolo cuja cópia fica anexa ao presente Protocolo, dele fazendo parte integrante;
- H) O Município pretende que o disposto no Anexo referido no Considerando G) supra passe a integrar o contrato de concessão em vigor celebrado com a EDP Distribuição.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A assinatura do Protocolo com a inclusão do novo Anexo I do Contrato de Concessão por parte do Município de Vila Real de Santo António;

Vila Real de Santo António, 24 de Agosto de 2017

O Vereador do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

João Filipe de Brito Sol Pereira

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES



distribuição

36
Héu6sl.

PROTOCÓLO

Entre:

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP), com sede em Coimbra, na Avenida Marnoco e Sousa, 52, pessoa coletiva nº 501 627 413, neste ato representada por Manuel Augusto Soares Machado, na qualidade de Presidente do Conselho Directivo, adiante designada por ANMP;

e

EDP Distribuição - Energia, S.A. com sede na Rua Camilo Castelo Branco, nº 43, em Lisboa, com o capital social de € 200.000.000,00 (duzentos milhões euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e de pessoa coletiva 504 394 029, neste ato representada por João José Saraiva Torres, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, adiante designada por EDP Distribuição;

Em conjunto designadas por "Outorgantes",

Considerando que:

- A) A ANMP é uma associação de direito privado que tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do poder local;
- B) A EDP Distribuição é a concessionária, em regime de serviço público, da exploração da rede nacional de distribuição de energia elétrica (em média tensão e alta tensão) e das redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, no território do continente, por concessão, respetivamente, do Estado e dos Municípios, nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012 de 8 de outubro, do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215-B/2012 de 8 de outubro;



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES



distribuição

- C) Enquanto concessionária da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, de acordo com o disposto no contrato tipo de concessão aprovado pela Portaria nº 454/2001, de 5 de maio (doravante "Contrato Tipo de Concessão"), a EDP Distribuição é, designadamente, responsável pelo estabelecimento e, em regra, pela conservação das redes de iluminação pública dos municípios;
- D) Na prossecução da atividade referida no Considerando anterior, a EDP Distribuição tem vindo a instalar nas redes de iluminação pública os aparelhos de iluminação e respetivos suportes designados como "de tipo corrente" nos termos do Contrato Tipo de Concessão (doravante "Equipamentos de Tipo Corrente");
- E) Os Equipamentos de Tipo Corrente encontram-se identificados no Anexo I ao Contrato Tipo de Concessão, refletindo, ainda hoje, o paradigma tecnológico e de mercado de 2001;
- F) Nos termos do disposto no art.º 29º do Contrato Tipo de Concessão, o Anexo I pode ser revisto de cinco em cinco anos, se tal justificar, tendo em conta a evolução tecnológica e ou a redução dos custos e dos consumos, sem pôr em causa os níveis de iluminação aconselháveis;
- G) Nos termos do disposto no mesmo artigo, na definição de Equipamentos de Tipo Corrente, deverá ser, no entanto, tida em conta, para cada tipo de rede, a utilização de lâmpadas de adequado rendimento, com observância dos critérios de normalização e mais eficiente racionalização de energia;
- H) Tendo presente a evolução tecnológica e de mercado verificada nos aparelhos de iluminação e respetivos suportes desde 2001 e, nomeadamente, o grau de maturidade atingido pelas luminárias com tecnologia LED, a ANMP e a EDP Distribuição entenderam como oportuno proceder à revisão do Anexo I ao Contrato Tipo de Concessão;
- I) A ANMP e a EDP Distribuição pretendem formalizar o respetivo acordo quanto à nova redação do Anexo I ao Contrato Tipo de Concessão



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES



edp distribuição

37

Héu6sh.

decorrente do trabalho conjunto levado a cabo na sequência da manifestação referida no Considerando anterior;

Nestes termos, é celebrado o presente Protocolo ("Protocolo"), que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira (Objeto)

Pelo presente Protocolo, os Outorgantes acordam na alteração do Anexo I ao contrato tipo de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, aprovado pela Portaria nº 454/2001, de 5 de maio, nos termos da nova redação constante do Anexo A ao presente Protocolo e que dele faz parte integrante ("Novo Anexo I").

Cláusula Segunda (Adesão dos municípios ao Novo Anexo I)

1. O Novo Anexo I será aplicável aos municípios, mediante a celebração de Protocolo para o efeito, entre cada município e a EDP Distribuição, sem prejuízo do disposto na Cláusula seguinte.
2. A ANMP e a EDP Distribuição envidarão os seus melhores esforços no sentido de facilitar a adesão dos municípios ao Novo Anexo I e a boa aplicação do mesmo, prestando-lhes todas as informações e esclarecimentos necessários e, bem assim, todo o acompanhamento adequado.
3. Tendo presente o disposto no número anterior, a ANMP procederá à divulgação do Novo Anexo I junto dos municípios seus associados, disso dando conhecimento à EDP Distribuição.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES



edp distribuição

Cláusula Terceira

(Condição para a aplicação do Novo Anexo I)

1. A aplicação do Novo Anexo I aos contratos de concessão dos municípios que a ele pretendam aderir terá início mediante a assinatura de protocolo entre o Município e a EDP Distribuição.
2. O disposto em 1 ficará condicionado parcialmente para o tipo de luminárias LED inscrita nos itens B.2 e B.3 do anexo a este protocolo, até à conclusão dos procedimentos necessários para a aquisição, pela EDP Distribuição, dos aparelhos de iluminação e respetivos suportes nele previstos, nos termos consagrados na legislação aplicável e, bem assim, à existência de stock adequado dos mesmos para fazer face às necessidades dos municípios.

Cláusula Quarta

(Vigência)

O presente Protocolo entra em vigor na data da respetiva assinatura.

Cláusula Quinta

(Modificação ou Cessação do Protocolo)

O presente Protocolo só poderá ser modificado ou cancelado com o consentimento expresso de ambos os Outorgantes, por documento escrito, mencionando a vontade em modificá-lo ou cancelá-lo.

Este Protocolo é celebrado em dois exemplares, sendo um para cada um dos Outorgantes.

Coimbra, 13 de Setembro de 2016.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES



distribuição

Hélcio

38

ANMP

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Novo Anexo I

Definição dos tipos «correntes» de níveis de iluminação, luminárias, lâmpadas, apoios e braços a utilizar na iluminação pública do Município.

Para efeitos do estabelecido no artigo 29º do presente contrato tipo de concessão, adotam-se como «correntes» os seguintes níveis de iluminação, tipos de luminárias, lâmpadas, apoios e braços.

A- Níveis de iluminação e uniformidade global recomendada

A.1 – Zonas rurais e semiurbanas onde predomina a rede aérea

Zonas a iluminar	Emedmin (lux)	Emin (lux)	U _o min (%)	Fluxo (lm)
Centro, arruamentos e largos principais	15	5	0,33	5600 ≤ ϕ ≤ 16500
Núcleos antigos delimitados	10	3	0,30	3100 ≤ ϕ ≤ 10500
Arruamentos secundários, passagens subterrâneas e viadutos	7,5	1,5	0,20	
Periferias	5	1	0,20	2100 ≤ ϕ ≤ 6600

$$U_o = E_{min}/E_{med}$$

A.2 – Zonas urbanas e semiurbanas onde predomina a rede subterrânea

Zonas a iluminar	Lmed min. (cd/m2)	U _{omin} (%)	U _L min (%)	Fluxo (lm)
Centro, arruamentos, largos principais e núcleos antigos delimitados.	1,5	0,4	0,7	8900 ≤ ϕ ≤ 30000
Arruamentos secundários, passagens subterrâneas e viadutos.	0,75	0,4	0,7	4200 ≤ ϕ ≤ 16500
Periferias	0,5	0,35	0,4	3100 ≤ ϕ ≤ 6600

$$U_o = \text{uniformidade geral e } U_L = \text{uniformidade longitudinal}; U_o = L_{min}/L_{med}; U_L = L_{min}/L_{max}$$

A.3 Jardins, parques públicos e zonas de lazer

Zonas a iluminar	Emed min lux	Emin (lux)	Fluxo (lm)
Jardins, parques públicos e zonas de lazer	10	3	1200 ≤ ϕ ≤ 10500



B – Tipos de luminárias, lâmpadas e sua aplicação

As tecnologias de lâmpadas a aplicar nas luminárias são:

- Lâmpada de vapor de sódio de alta pressão (VSAP) de potências de 50W, 70 W, 100 W, 150 W e 250 W;
- LED (Light Emiting Diode) com temperatura de cor compreendida entre 3000 K e 5000 K.

As luminárias LED apenas são consideradas material de tipo corrente para os casos de: i) estabelecimento de novas redes de iluminação pública (IP), ii) substituição de luminárias com lâmpadas de vapor de mercúrio, decorrente da remodelação de redes de IP, seja por iniciativa da Câmara, seja por iniciativa do concessionário e iii) substituição de luminárias obsoletas ou em más condições de conservação, conforme validado pelo concessionário. Neste último caso, se a substituição se referir a luminárias pontuais e não a um circuito inteiro, a Câmara poderá optar pela respetiva substituição por luminárias de vapor de sódio.

Nas luminárias LED a aplicar na proximidade de hospitais, em parques naturais, observatórios, áreas de proteção especial ou outras zonas justificadamente indicadas no Plano Diretor Municipal de Iluminação Pública como zonas especialmente sensíveis à poluição luminosa, o ULOR¹ não deve ultrapassar 1% para todas as classes de iluminação.

As lâmpadas serão utilizadas de forma a garantir os níveis de iluminação previstos em A.

B.1 - Luminárias de utilização universal

B.1.1 – Luminária equipada com lâmpada VSAP:

Fechada (com difusor), com ULOR <3% e com os seguintes graus de proteção mínimos:

- Compartimento de acessórios: IP43 e IK06;
- Compartimento ótico: IP65 e IK06.

B.1.2 – Luminária equipada com módulo (s) de LED

Luminária equipada com módulo (s) de LED e driver, com ULOR <3% e com os seguintes graus de proteção mínimos:

- Compartimento ótico inclui o módulo de LED: IP66 e IK06;
- Existindo compartimento de acessórios: IP54 e IK06. Caso o compartimento de acessórios inclua driver, o mesmo deve possuir IP65.

¹ ULOR (Upward Light Output Ratio) razão entre o fluxo emitido para cima sob condições específicas com a(s) fonte(s) de luz e com essa(s) mesma(s) fonte(s) operando fora da luminária.

B.2 - Luminárias para jardins, parques públicos e zonas de lazer

Em jardins, parques públicos e zonas de lazer a Câmara pode optar por luminárias diferentes das definidas em B.1., são alternativas as seguintes luminárias:

B.2.1 – Luminária equipada com lâmpadas VSAP

Luminária com difusor de forma esférica com calote superior opaca, de diâmetro de 450 a 500 mm, ou com outra configuração, com grau de proteção mínimos IP54 e IK08, e com ULOR <15%.

B.2.2 - Luminária equipada com módulo (s) LED

Luminária com difusor de forma esférica, com calote superior opaca de diâmetro 450 a 500mm ou com outra configuração, equipada com módulo de LED e driver, com ULOR <5% e com os seguintes graus de proteção mínimos:

- Compartimento ótico inclui o módulo de LED: IP66 e IK08.
- Existindo compartimento de acessórios: IP54 e IK08. Caso o compartimento de acessórios inclua driver, o mesmo deve possuir IP65.

Caso a Câmara opte pela instalação destes modelos LED, a aquisição será efetuada pelo concessionário e o custo correspondente será repartido igualmente entre a Câmara e o concessionário.

B.3 – Luminárias para núcleos antigos delimitados:

Em núcleos antigos delimitados a Câmara pode optar por luminárias diferentes das definidas em B.1., são alternativas as seguintes luminárias:

Luminárias tipo lanterna clássica de 4 ou 6 faces e do tipo troncocónicas ou esféricas com calote superior opaca, equipadas com módulo de LED e driver, com ULOR <5% e com os seguintes graus de proteção mínimos:

- Compartimento ótico inclui o módulo de LED: IP66 e IK08.
- Existindo compartimento de acessórios: IP54 e IK08. Caso o compartimento de acessórios inclua driver, o mesmo deve possuir IP65.

Caso a Câmara opte pela instalação destes modelos LED, a aquisição será efetuada pelo concessionário e o custo correspondente será repartido igualmente entre a Câmara e o concessionário.

C - Apoios e braços

C.1 - Para redes aéreas:

Postes de betão ou de madeira de 8 m, 9 m, 10 m e 12 m.



Braços em tubo de ferro galvanizado a quente, de diâmetro exterior 42mm e com projeções horizontais de 0,450 m, 0,750 m ou 1,250 m.

C.2 - Para redes subterrâneas:

C.2.1- Para vias de circulação automóvel

Colunas metálicas galvanizadas a quente de 6 m, 8 m, 10 m ou 12 m de altura útil, de secção octogonal ou tronco cónica, com ou sem braços. Havendo braço este deve ter igual geometria à da coluna e na zona de fixação da luminária o seu diâmetro exterior deve ser de 60 mm. O braço pode ser simples, duplo ou triplo, devendo cada um destes tipos ter projeções horizontais, respetivamente, de 0,450 m, 0,750 m ou 1,250 m.

C.2.2 - Para jardins e zonas de lazer

Colunas metálicas galvanizadas a quente de 4 m e 6 m de altura útil, de secção com geometria igual à anterior e com diâmetro exterior na parte superior igual a 60 mm. Havendo necessidade de braço, este deverá possuir a mesma geometria da coluna.

C.3- Para núcleos antigos delimitados

As luminárias são instaladas em colunas de 4 e 6 metros ou em consolas fixadas à parede.

Notas interpretativas

Nota Interpretativa 1: Os encargos com a iluminação pública, a cargo do concessionário, serão objeto do plano de obras para a iluminação pública, a apresentar anualmente pelo concessionário.

Nota Interpretativa 2: O investimento do concessionário em iluminação pública, com o enquadramento e limites definidos no contrato de concessão, inclui, designadamente, os custos suportados com a aquisição e instalação de luminárias e colunas.

Nota Interpretativa 3: A aquisição de luminárias, lâmpadas, apoios e braços a utilizar na iluminação pública será, por regra, efetuada pelo concessionário no âmbito de procedimentos concursais com observância da legislação aplicável. A aquisição ou a instalação de equipamentos de iluminação pública que não estejam a cargo do concessionário deverão ser previamente acordadas por este, que definirá as especificações técnicas e condições aplicáveis.





VILAREALSTºANTONIO

Proposta

41
Hélio Gosh.

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/283

ASSUNTO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA ENGENHARIA ELETROTÉCNICA 2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO

CONSIDERANDO QUE:

1. O Município de Vila Real de Santo António pretende contratualizar uma prestação de serviços, em regime de avença, na área da Engenharia Eletrotécnica, durante 1 (um) ano, no âmbito da gestão, conservação, requalificação e reabilitação das infraestruturas de iluminação pública e eficiência energética do Município, de forma a prosseguir com a manutenção do Programa de Eficiência Energética;
2. A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, impõe, através dos n.ºs 1 e 8 do artigo 51.º, a emissão de um parecer prévio vinculativo, a emitir antes da decisão de contratar, para a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços nas modalidades de tarefa e avença, independentemente da natureza da contraparte;
3. Nas autarquias locais, o parecer, previsto no n.º 8 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 1, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, do artigo 51.º do citado diploma, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, ou seja, por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da Administração Pública;
4. Não existe pessoal no quadro de pessoal da Câmara Municipal, e é impossível obter qualquer informação relativamente à situação de requalificação apto para o desenvolvimento das funções subjacentes à contratação em causa, que segundo informação dos Recursos Humanos, não emitem qualquer declaração de inexistência. A portaria a que se refere o ponto anterior, já se encontra publicada, trata-se da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, que define os requisitos para a emissão de declaração para o procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

requalificação, referindo que as autarquias estão dispensadas de consultar o INA e a Entidade Gestora da Mobilidade Especial Autárquica, ainda não foi constituída;

5. O serviço a contratar não consubstancia trabalho subordinado pois será prestado com autonomia, bem como não se encontrará sujeito à disciplina e direção do Órgão nem irá impor o cumprimento de horário de trabalho;
6. Seria inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir, pois o trabalho a executar é limitado ao desenvolvimento de uma atividade ocasional, considerada com uma situação pontual;
7. O procedimento de contratação tem um custo económico estimado de 17.536,13€ (dezassete mil quinhentos e trinta e seis euros e treze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal, e um custo mensal de 1.461,34€ (mil quatrocentos e sessenta e um euros e trinta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal, sempre que o prestador não esteja isento, tendo-se optado por realizar um ajuste direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho);
8. Na Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2013, deliberou aprovar o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos relativo a Assunção de Compromissos Plurianuais pela Câmara Municipal, assim sendo, este procedimento enquadra-se na autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, n.º 2, alínea b);
9. De forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, foi efetuada a prévia cabimentação da despesa de 21.569,44€ (vinte e um mil quinhentos e sessenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), na rubrica 0102020214, tendo a mesma sido registada com o n.º 1075/2017, em 21 de junho de 2017;
10. A contraparte à qual se efetuará o convite para a apresentação de proposta à entidade Walter Alexandre Ferro Martins, contribuinte n.º 220305480, com residência na Rua Dr. Renato Mansinho da Graça, n.º 30, 8800-363, em Tavira.


PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Emitir o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços, em regime de avença, na área da Engenharia Eletrotécnica, durante 1 (um) ano, no âmbito da gestão, conservação, requalificação e reabilitação das infraestruturas de iluminação pública e eficiência energética do Município, de forma a prosseguir com a manutenção do Programa de Eficiência Energética, com a entidade Walter Alexandre Ferro Martins, contribuinte n.º 220305480, com residência na Rua Dr. Renato Mansinho da Graça, nº 30, 8800-363, em Tavira;

E por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, **que comunique** à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços.

Vila Real de Santo António, 22 de agosto de 2017

O Vereador do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,



João Filipe de Brito Sol Pereira



VILAREAL S.º ANTONIO

43
Hélio C. L.

DATA: 2017-08-23

PARA: DGAF - Dr.ª Paula Floria

DE: Núcleo da Contratação Pública - Bárbara Narciso

Carácter: Urgente ☐ Normal ☐ Arquivo ☐

ASSUNTO: Parecer prévio vinculativo - Prestação de Serviços na Área da Engenharia
Eletrotécnica, na modalidade de avença

Relativamente ao âmbito de aplicação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, cumpre-me informar:

A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, prevê no seu artigo 51 n.ºs 1 e 8, a existência do parecer prévio vinculativo à celebração e renovação de contratos celebrados por entidades da Administração Pública, referente à prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, independentemente da natureza da contraparte.

Pretende-se desta forma efetuar um controlo rigoroso nas contratações públicas relativamente a este tipo de aquisição de serviços.

O n.º 8 do artigo 51º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, prevê que a emissão do respetivo parecer é da competência do órgão executivo.

Em causa, a contratação da prestação de serviços na modalidade de avença com WALTER ALEXANDRE FERRO MARTINS, NIF 220305480, residente na Rua Dr. Renato Mansinho da Graça, n.º 30, 8800-363 Tavira, a realizar pelo período de 1 (um) ano, pelo valor 17 536,13€ (dezassete mil quinhentos e trinta e seis euros e treze céntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao valor mensal de 1.461,34€ (mil quatrocentos e sessenta e um euros e trinta e quatro céntimos), acrescido de IVA.



Unidade Administrativa do Município de Vilareal
Rua Manuel de Freitas
8800-363 Tavira, Portugal
Tel: 281 540 000
Fax: 281 540 000

P/A

S



VILAREALSTºANTONIO

Assinatura do Senhor Vereador

A presente contratação tem por objeto a gestão, conservação, requalificação e reabilitação das infraestruturas de iluminação pública e eficiência energética do Município, de forma a prosseguir com a manutenção do Programa de Eficiência Energética.

Segundo informação do serviço de recursos humanos, não existe pessoal apto no quadro da Câmara Municipal para o desenvolvimento das funções em causa, bem como a Portaria 48/2014 de 26 de fevereiro, que define os requisitos para a emissão de declaração para o procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, refere que as autarquias estão dispensadas de consultar o INA e sendo que a Entidade Gestora da Mobilidade Especial Autárquica ainda não se encontra constituída.

Nos termos da legislação em vigor, foi efetuado o prévio cabimento orçamental da verba, na rubrica 0102020214, registada com o número 1075/2017, em 21 de junho de 2017, pelo valor de 21.569,44€ (vinte e um mil, quinhentos e sessenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), com IVA incluído.

A presente prestação de serviços, a realizar por um ano, vai abranger mais que um ano económico, pelo que tem enquadramento plurianual, nos termos da alínea b) do artigo 3º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e n.º 2 do artigo 6º da referida Lei, enquadrando-se na autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de Compromissos Plurianuais, conforme alínea b), n.º 2 da Deliberação datada de 28 de novembro de 2013.

Face ao exposto, considero estarem reunidos os requisitos legalmente definidos para a emissão de parecer prévio vinculativo, favorável à celebração do presente contrato.

(Assinatura)



Assinatura do Senhor Vereador



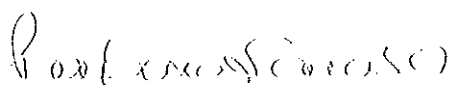
VILAREAL S.º ANTÓNIO

44
Hélgel

Deverá ainda comunicar-se à Assembleia Municipal a realização do presente compromisso plurianual

Salvo melhor opinião, é o que me compete informar

À consideração superior



Bárbara Narciso,

Técnica Superior Jurista do NCP







VILAREALSTºANTONIO

Proposta

45
HélcGSL

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/290

ASSUNTO:

Exercício do direito legal de preferência – Imóvel inserido na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino.

Rua Infante D. Henrique, n.º 25, R/C, Dt.º, Vila Real de Santo António

Requerente: Augusta Felismina Oliva Horta Ribeiro

CONSIDERANDO QUE:

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura;

De acordo com o disposto no n.º 1 no artigo 37.º desta Lei, é competência do município pronunciar-se sobre o exercício, ou não, do direito de preferência no caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção;

Foi apresentado um requerimento, através do site "<http://www.casapronta.pt>", em nome de **Augusta Felismina Oliva Horta Ribeiro**, com o NIF 103739122, com endereço na Urbanização Cidade Real, Lote 6, R/C Esq., em Vila Real de Santo António, no qual procede à comunicação para o exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Vila Real de Santo António na alienação, a título oneroso, do seguinte imóvel: - fração autónoma, designada pela letra A, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8567, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 44,09 m², com a área total de 69,7 m², destinado a habitação, localizado na **Rua Infante D. Henrique, n.º 25, R/C Dt.º, 8900-312, Vila Real de Santo António**.

Está prevista a alienação do imóvel pelo valor de € 80.000,00 (oitenta mil euros), em que **Augusta Felismina Oliva Horta Ribeiro**, com o NIF 103739122, consta como vendedora e **Lúcia Carapeto de Mendonça**, com o NIF 196537487, como adquirente.

A edificação objeto desta proposta insere-se na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino;

A informação jurídica anexa a esta proposta, clarifica os procedimentos a adotar;

Não se vê interesse no exercício do direito de preferência do imóvel em questão.

B



VILAREALSTºANTONIO


Proposta

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Face ao teor dos documentos anexos à presente proposta, os quais dão-se integralmente por transcritos, não exercer o direito legal de preferência na transação da fração autónoma, designada pela letra A, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8567, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 44,09 m², com a área total de 69,7 m², destinado a habitação, localizado na Rua Infante D. Henrique, n.º 25, R/C Dt.º, 8900-312, Vila Real de Santo António.

Vila Real de Santo António, 24 de Agosto de 2017

O Vereador do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,


João Filipe de Brito Sol Pereira



VILAREALSTºANTONIO

46
Hélio Gsh.

INFORMAÇÃO

REQUERENTE	Augusta Felismina Oliva Horta Ribeiro
ASSUNTO	Direito legal de preferência – Imóvel inserido na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino. Rua Infante D. Henrique, n.º 25, R/C Dtº em Vila Real de Santo António.
ANÚNCIO N.º	32672/2017

Exposição dos factos:

Presente um requerimento, através do site "<http://www.casapronta.pt>", em nome de **Augusta Felismina Oliva Horta Ribeiro**, com o NIF 103739122, com endereço na Urbanização Cidade Real, Lote 6, R/C Esq., em Vila Real de Santo António, no qual procede à comunicação para o exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Vila Real de Santo António na alienação, a título oneroso, do seguinte imóvel: - fração autónoma, designada pela letra A, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8567, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 44,09 m², com a área total de 69,7 m², destinado a habitação, localizado na Rua Infante D. Henrique, n.º 25, R/C Dt.º, 8900-312, Vila Real de Santo António.

Está prevista a alienação do imóvel pelo valor de € 80.000,00 (oitenta mil euros), em que **Augusta Felismina Oliva Horta Ribeiro**, com o NIF 103739122, consta como vendedora e **Lúcia Carapeto de Mendonça**, com o NIF 196537487, como adquirente.

Segundo a informação técnica presente no processo, a edificação insere-se na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino.

Enquadramento jurídico:

Regulam esta matéria, os seguintes diplomas:



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura;

Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, que cria o Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo Imediato de Prédio Urbano;

Este Decreto-Lei encontra-se atualizado de acordo com os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 122/2009, de 21 de Maio - com entrada em vigor a 22 de Maio de 2009;
- Portaria n.º 67/2010, de 3 de Fevereiro - com entrada em vigor a 4 de Fevereiro de 2010;
- Decreto-Lei n.º 99/2010, de 2 de Setembro - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2010;
- Decreto-Lei n.º 209/2012, de 19 de Setembro - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2012, e
- Decreto-Lei n.º 125/2013, de 30 de Agosto - com entrada em vigor a 1 de Setembro de 2013.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Nos termos do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, os comproprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção.

Refere também o n.º 1 artigo 19.º do Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo Imediato de Prédio Urbano, que o exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas está dependente de manifestação prévia da intenção de exercer este direito em sítio na Internet, em termos a definir na portaria referida no n.º 1 do artigo anterior, se o alienante tiver usado da faculdade aí prevista.

Independentemente do prazo legal para o exercício do direito de preferência, o ato previsto no



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



VILAREALSTºANTONIO

47
Hélcio

INFORMAÇÃO

número anterior deve ser praticado no prazo de 10 dias a contar da data de inscrição dos elementos essenciais da alienação, nos termos previstos no artigo anterior, conforme estipula o n.º 2 do mesmo artigo.

Se o prazo legal do exercício do direito de preferência for inferior a 10 dias, o prazo de manifestação prévia da intenção de exercer aquele direito é reduzido para igual período, por força da aplicação do n.º 3.

Refere o n.º 4.º do citado artigo 19.º, se a manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência não for efetuada dentro do prazo, caduca o direito de preferência.

Chamo a atenção para os prazos definidos por lei serem demasiado curtos, o que pode levar à caducidade desse direito de preferência, uma vez que o executivo reúne-se de 15 em 15 dias, podendo, nos casos em que é manifestamente impossível esperar pela próxima reunião de Câmara, o Sr. Presidente decidir se exerce ou não esse direito e submeter a decisão a ratificação da Câmara Municipal, na próxima reunião da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3¹ do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Conclusão:

Em face do exposto, considero que estão reunidas as condições para a Câmara Municipal poder exercer ou não o direito de preferência do imóvel acima descrito.

À Consideração Superior

¹ N.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.





VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Vila Real de Santo António, 24 de agosto de 2017

O Técnico Superior,

Ernesto Ramos



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Héw6sl.



LOCAL:

CONFRONTAÇÕES:

NORTE:

SUL:

NASCENTE:

POENTE:



VILAREALSTANTONIO



Escala 1:2000

Paga pela guia n.º

Em

Anúncio 32672/2017

Direitos de Preferência

Tem intenção de exercer o direito legal de preferência?*

☐ Sim ☐ Não

Nº Pedido Data do Anúncio
32672/2017 11-08-2017
Data de Disponibilização no Site
11-08-2017

Dados do Requerente

Nome/Firma ou Denominação
Augusta Felismina Oliva Horta Ribeiro
NIF/NIPC
103739122

E-mail Telefone
rosalsabelribeiro@hotmail.com ----

Endereço
Urbanização Cidade Real, Lote 6, r/c Esq.,
Vila Real de Santo António

Vendedor(es)

Nome/Firma ou Denominação NIF/NIPC
Augusta Felismina Oliva Horta 103739122
Ribeiro

Comprador(es)

Nome/Firma ou Denominação NIF/NIPC
Lúcia Carapeto de Mendonça 196537487

Identificação do Imóvel

Descrição em Livro Descrição em Ficha
---- 3212
Artigo Matricial
8567

Quota Parte Fração Autónoma
---- A

Área Bruta Privativa (área prevista no artigo
40º do CIMI)
44.09 m2

Área Total
69.7 m2

Arrendado Destino
Não Habitação

Localização do Imóvel

Endereço
Rua Infante D. Henrique, nº 25, R/C Dt.



Distrito Concelho
Faro Vila Real de Santo António
Freguesia
Vila Real de Santo António

Dados da Transmissão

Tipo de Negócio
Compra e venda

Preço Moeda
80000 Euros

Data previsível do negócio
30-08-2017
Observações

 Cancelar  Confirmar

[Voltar para Casa Pronta](#)



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

50
Henriques L.

N.º Propostas/2017/291

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

ASSUNTO:

Exercício do direito legal de preferência – Imóvel inserido na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino.
Rua Dr. José Francisco Guimarães, n.º 39 e Rua Infante D. Henrique, (Fração G) em VRSA.
Requerente: Rui Miguel da Costa Leite

CONSIDERANDO QUE:

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura;

De acordo com o disposto no n.º 1 no artigo 37.º desta Lei, é competência do município pronunciar-se sobre o exercício, ou não, do direito de preferência no caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção;

Foi apresentado um requerimento, através do site "<http://www.casapronta.pt>", em nome de Rui Miguel da Costa Leite, com o NIF 188562117, com endereço na Rua Prof. Egas Moniz, Lote 1, Loja 1, r/c, 8900-322 Vila Real de Santo António, no qual procede à comunicação para o exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Vila Real de Santo António na alienação, a título oneroso, do seguinte imóvel: - fração autónoma, designada pela letra G, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8730, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 61,8 m², destinado a habitação, localizado na Rua Dr. José Francisco Guimarães, n.º 39 e Rua Infante D. Henrique, 8900-293 Vila Real de Santo António.

Está prevista a alienação do imóvel pelo valor de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros), em que HWF – Urbanismo e Construção, Lda., NIPC 501935924, consta como vendedora e Marta Horta Nobre, NIF 104564156, como adquirente.

A edificação objeto desta proposta insere-se na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino;

A informação jurídica anexa a esta proposta, clarifica os procedimentos a adotar;

Não se vê interesse no exercício do direito de preferência do imóvel em questão.

1



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Face ao teor dos documentos anexos à presente proposta, os quais dão-se integralmente por transcritos, não exercer o direito legal de preferência na transação da fração autónoma, designada pela letra G, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8730, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 61,8 m², destinado a habitação, localizado na Rua Dr. José Francisco Guimarães, n.º 39 e Rua Infante D. Henrique, 8900-293 Vila Real de Santo António.

Vila Real de Santo António, 24 de Agosto de 2017

O Vereador do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

João Filipe de Brito Sol Pereira



VILAREALSTºANTONIO

51
Heic6sh

INFORMAÇÃO

REQUERENTE	Rui Miguel da Costa Leite
ASSUNTO	Direito legal de preferência – Imóvel inserido na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino. Rua Dr. José Guimarães, n.º 39 e Rua Infante D. Henrique, em Vila Real de Santo António.
ANÚNCIO N.º	33608/2017

Exposição dos factos:

Presente um requerimento, através do site "<http://www.casapronta.pt>", em nome de Rui Miguel da Costa Leite, com o NIF 188562117, com endereço na Rua Prof. Egas Moniz, Lote 1, Loja 1, r/c, 8900-322 Vila Real de Santo António, no qual procede à comunicação para o exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Vila Real de Santo António na alienação, a título oneroso, do seguinte imóvel: - fração autónoma, designada pela letra G, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8730, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 61,8 m², destinado a habitação, localizado na Rua Dr. José Francisco Guimarães, n.º 39 e Rua Infante D. Henrique, 8900-293 Vila Real de Santo António.

Está prevista a alienação do imóvel pelo valor de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros), em que HWF – Urbanismo e Construção, Lda., NIPC 501935924, consta como vendedora e Marta Horta Nobre, NIF 104564156, como adquirente.

Segundo a informação técnica presente no processo, a edificação insere-se na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino.

Enquadramento jurídico:

Regulam esta matéria, os seguintes diplomas:



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura;

Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, que cria o Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo Imediato de Prédio Urbano;

Este Decreto-Lei encontra-se atualizado de acordo com os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 122/2009, de 21 de Maio - com entrada em vigor a 22 de Maio de 2009;
- Portaria n.º 67/2010, de 3 de Fevereiro - com entrada em vigor a 4 de Fevereiro de 2010;
- Decreto-Lei n.º 99/2010, de 2 de Setembro - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2010;
- Decreto-Lei n.º 209/2012, de 19 de Setembro - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2012, e
- Decreto-Lei n.º 125/2013, de 30 de Agosto - com entrada em vigor a 1 de Setembro de 2013.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Nos termos do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, os comproprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção.

Refere também o n.º 1 artigo 19.º do Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo Imediato de Prédio Urbano, que o exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas está dependente de manifestação prévia da intenção de exercer este direito em sítio na Internet, em termos a definir na portaria referida no n.º 1 do artigo anterior, se o alienante tiver usado da faculdade aí prevista.

Independentemente do prazo legal para o exercício do direito de preferência, o ato previsto no



Município de Vila Real de Stº António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



VILAREALSTºANTONIO

52
Hélio Gsl.

INFORMAÇÃO

número anterior deve ser praticado no prazo de 10 dias a contar da data de inscrição dos elementos essenciais da alienação, nos termos previstos no artigo anterior, conforme estipula o n.º 2 do mesmo artigo.

Se o prazo legal do exercício do direito de preferência for inferior a 10 dias, o prazo de manifestação prévia da intenção de exercer aquele direito é reduzido para igual período, por força da aplicação do n.º 3.

Refere o n.º 4.º do citado artigo 19.º, se a manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência não for efetuada dentro do prazo, caduca o direito de preferência.

Chamo a atenção para os prazos definidos por lei serem demasiado curtos, o que pode levar à caducidade desse direito de preferência, uma vez que o executivo reúne-se de 15 em 15 dias, podendo, nos casos em que é manifestamente impossível esperar pela próxima reunião de Câmara, o Sr. Presidente decidir se exerce ou não esse direito e submeter a decisão a ratificação da Câmara Municipal, na próxima reunião da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3¹ do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Conclusão:

Em face do exposto, considero que estão reunidas as condições para a Câmara Municipal poder exercer ou não o direito de preferência do imóvel acima descrito.

À Consideração Superior

¹ N.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.





VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Vila Real de Santo António, 24 de abril de 2017

O Técnico Superior,

Ernesto Ramos



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

Anúncio 33608/2017
Direitos de Preferência

Tem intenção de exercer o direito legal de preferência?^{*}

Sim Não

Nº Pedido Data do Anúncio
33608/2017 21-08-2017
Data de Disponibilização no Site
21-08-2017

Dados do Requerente

Nome/Firma ou Denominação
Rui Miguel da Costa Leite
NIF/NIPC
188562117

E-mail Telefone
rui.leite@notarios.pt 281543604

Endereço
Rua Prof. Egas Moniz, Lote 1, Loja 1, r/c

Vendedor(es)

Nome/Firma ou Denominação	NIF/NIPC
HWF - URBANISMO E CONSTRUÇÃO, LDA	501935924

Comprador(es)

Nome/Firma ou Denominação	NIF/NIPC
Marta de Horta Nobre	104564156

Identificação do Imóvel

Descrição em Livro Descrição em Ficha
---- 2443
Artigo Matricial
8730

Quota Parte Fração Autónoma
---- G

Área Bruta Privativa (área prevista no artigo 40º do CIMI)
61.8 m2

Área Total
---- m2

Arrendado Destino
Não Habitação

Localização do Imóvel

Endereço
Rua Dr. José Guimarães, nº 39 e Rua
Infante D. Henrique



Distrito Concelho
Faro Vila Real de Santo António
Freguesia
Vila Real de Santo António

Dados da Transmissão

Tipo de Negócio
Compra e venda

Preço Moeda
75000 Euros

Data previsível do negócio
01-09-2017
Observações

 Cancelar  Confirmar

[Voltar para Casa Pronta](#)



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

54
Hevêsl

Aprovado em reunião
de 29 AGO, 2017

N.º Propostas/2017/285

ASSUNTO:

Mínuta de Protocolo entre o Município de Vila Real de Santo António e a Odiana – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional

CONSIDERANDO QUE:

1. A ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana, foi criada com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural da região “Baixo Guadiana”;
2. A Associação assinou em julho de 2015 contratos, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para a gestão de 3 Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) no território, nomeadamente nos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António, tendo como objetivo apoiar os jovens e os adultos desempregados na definição e concretização do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
3. Recentemente a associação foi informada pelo Diretor do IEFP de Vila Real de Santo António, da renovação automática, por mais um ano, do período de concessão do apoio com vista ao funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional de Vila Real de Santo António;
4. Esta associação carece dos necessários recursos humanos para fazer face ao desenvolvimento desta estrutura de apoio ao emprego e que no ano transato foi celebrado um Protocolo entre o Município de Vila Real de Santo António e a Odiana – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional com o objetivo da autarquia compartilhar nas despesas, não asseguradas pelo programa que financia o Gabinete de Inserção Profissional, associadas à contratação de um animador;
5. O trabalho desenvolvido por este Gabinete, tem sido meritório, designadamente no apoio às pessoas à procura de emprego, no encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego, no registo de oferta de emprego, na colocação de desempregados



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

em ofertas de emprego, em ações de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação;

6. Nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea o) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;
7. A despesa prevista é de 6.720,00€ e que a execução da atribuição deste apoio será sempre condicionada pela existência de fundos disponíveis;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar a celebração do Protocolo entre o Município de Vila Real de Santo António e a Odiana – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana, de forma a assegurar o funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional por mais um ano.

Vila Real de Santo António, 23 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

MINUTA DE PROTOCOLO

ODIANA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BAIXO GUADIANA MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Entre: -----

- O Município de Vila Real de Santo António, pessoa coletiva n.º 506 833 224, com sede na Praça Marquês de Pombal em Vila Real de Santo António, neste ato representado pela Vice- Presidente da Câmara Municipal, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, adiante designada por 1.º outorgante.-----

E -----

- A ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana, pessoa coletiva n.º 504 408 775, sita rua 25 de Abril, n.º1, em Castro Marim, neste ato representada pelo seu presidente, Francisco Augusto Caimoto Amaral, adiante designada por 2.º outorgante. -----

É celebrado entre si o presente PROTOCOLO, que se regerá pelas seguintes cláusulas: -----

Cláusula 1.ª:

O presente PROTOCOLO tem por objetivo estabelecer as atividades que o 2º outorgante se compromete a desenvolver no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional, ao abrigo do disposto na Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio, que revoga as Portarias n.º 127/2009, de 30 de janeiro, e n.º 298/2010, de 1 de junho.-----

Cláusula 2.ª

O 1.º outorgante compromete-se pelo presente protocolo a transferir ao 2.º outorgante o montante máximo de 6.720,00€ (seis mil e setecentos e vinte euros), de forma a compartilhar despesas associadas à contratação do animador, não asseguradas pelo programa que financia o Gabinete de Inserção Profissional. -----

Cláusula 3.ª

Para a transferência indicada na cláusula anterior do presente protocolo, o 2º outorgante remeterá ao 1º outorgante indicação concreta do valor a transferir através da entrega de fatura. -----

Cláusula 4.ª

O segundo outorgante compromete-se que o Gabinete de Inserção Profissional irá realizar as seguintes atividades no Município de Vila Real de Santo António: -----

- a) Informação Profissional para jovens adultos desempregados; -----
- b) Acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção e reinserção profissional; -----
- c) Captação de ofertas junto das entidades empregadoras; -----
- d) Outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos no Centro de Emprego; -----

Cláusula 5.ª

O 2º outorgante obriga-se a prestar todas as informações solicitadas pelo 1º outorgante no sentido de lhe ser permitido acompanhar o desenvolvimento das atividades. -----

Cláusula 6.ª

O presente protocolo tem início em xxx de 2017 e cessará no dia 31 de Julho de 2018.

Cláusula 7.ª

O presente protocolo poderá ser denunciado por qualquer um dos outorgantes, mediante comunicação a enviar com a antecedência mínima de 60 dias, sem necessidade de fundamentação. -----

O presente Protocolo foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António em reunião ordinária do dia xxx. -----

O presente Protocolo é celebrado em dois exemplares destinando-se um a cada outorgante. -----

Vila Real de Santo António, xxx de 2017 .

Na qualidade em que outorgam, os outorgantes declaram aceitar as cláusulas acima descritas.

Município de Vila Real de Santo António

Maria da Conceição Cipriano Cabrita

ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana

Francisco Augusto Caimoto Amaral

Sandra Carmo

57
Héuêsl

De: Valter Matias <v.matias@odiana.pt>
Enviado: quarta-feira, 2 de Agosto de 2017 16:39
Para: São Cabrita; David Silva
Assunto: Protocolo GIP_VRSA 2017/2018
Anexos: Protocolo_GIP_VRSA Odiana 2017.docx; Cálculos_GIP_VRSA_2017_2018.pdf

Categorias: Despacho

Exmo. Senhor Presidente

Como é do vosso conhecimento a 1 de Agosto de 2015 entrou em funcionamento o Gabinete de Inserção Profissional de VRSA, regulado pela Portaria nº 140/2015 de 20 de Maio, gerido pela Associação Odiana em articulação com o IEFP de VRSA.

Para exercer as funções de animador do referido Gabinete, a meio tempo em cada município, foi contratada a técnica Adelaide Ruivinho, pelo período de um ano, tempo previsto para a duração do Gabinete. Relembrar que o Programa GIP apoiou financeiramente o funcionamento do gabinete em 838,44 euros/mês, pelo período de 12 meses, tendo paralelamente sido assinado um protocolo com o Município de VRSA, no sentido assegurar as despesas não financiadas pelo Programa, nomeadamente o subsídios de férias e Natal, SS, IRS e subsídio de almoço da técnica contratada.

Recentemente fomos informados pelo IEFP de VRSA, da renovação automática, por mais um ano, do período de concessão do apoio com vista ao funcionamento dos Gabinete de Inserção Profissional de VRSA.

Da parte da Odiana, informo que existe total disponibilidade para avançar com a referida renovação, contando uma vez mais com o apoio do Município de VRSA, nomeadamente através da comparticipação das despesas não apoiadas pelo IEFP, conforme tabela em anexo.

Neste sentido, envio em anexo proposta de minuta de protocolo a celebrar entre a Odiana e o Município de VRSA.

Com os melhores cumprimentos,

Valter Matias
Diretor Executivo



Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana

Rua 25 de Abril, nº1, Apart. 21, 8950 - 909 Castro Marim

Telf: 0351 281 531 171 . Fax: 0351 281 531 080

www.odiana.pt . GPS 37.21745 , -7.44352

<https://www.facebook.com/associacaoodiana>

<http://pt.wikiloc.com/wikiloc/user.do?id=770121>

<http://natural.pt/portal>

 Pense no ambiente antes de imprimir este e-mail - Please consider the environment before printing this e-mail



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

58
Hélcsl

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/284

ASSUNTO:

Renovação Extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional - Maria da Graça Reis Espirito Santo

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de Maria da Graça Reis Espirito Santo apresenta uma condição sócio-económica vulnerável, tendo em conta que se trata de uma família nuclear com filhos (casal e filha menor de idade), onde a única fonte de subsistência advém de trabalhos pontuais que o esposo da titular realiza.

A família apresenta dificuldades em conseguir fazer face às despesas mensais;

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida.

O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que "Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos"

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 27% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 22 de Agosto de 2017

2/ O Presidente da Câmara Municipal

Luís Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO

59
Heic Gost.
INFORMAÇÃO

DATA: 17 de Agosto de 2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Renovação Extraordinária Apoio Arrendamento - Maria da Graça Reis do Espírito Santo

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que no dia 25 de julho de 2017 deu entrada nos serviços administrativos da Divisão de Ação Social, um requerimento para a renovação extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional em nome da munícipe **Maria da Graça Reis do Espírito Santo**, residente na Rua Dr. José Colaço Fernandes, s/n, na freguesia de Vila Nova de Cacela, Concelho de Vila Real de Santo António, a solicitar renovação no âmbito do apoio ao arrendamento.

Na sequência do pedido, importa relembrar que esta requerente beneficiou:

- No 1ºano de apoio (1/09/2014 a 31/08/2015) da comparticipação de 32% do valor da renda;
- No 2ºano de apoio (1/09/2015 a 31/08/2016) da comparticipação de 22% do valor da renda.
- No 3ºano de apoio (1/09/2016 a 31/08/2017) da comparticipação de 27% do valor da renda.

Na sequência do referido pedido e por forma a possibilitar a análise do mesmo foi realizada visita domiciliária, no dia 25 de julho de 2017, tendo-se apurado o seguinte (tendo também em conta os documentos entregues na instrução do presente pedido):

Constituição do Agregado Familiar

O agregado familiar é constituído por 3 elementos, nomeadamente:

- **Requerente:** Maria da Graça Reis do Espírito Santo, nascida a 18 de outubro de 1964.
- **Esposo:** Rui Manuel Gomes, nascido a 6 de janeiro de 1961.
- **Filha:** Adriana Filipa Espírito Santo Gomes, nascida a 21 de janeiro de 2003.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Condição Económica

A requerente encontra-se desempregada, não está a auferir quaisquer rendimentos; o esposo também se encontra na situação de desemprego, todavia o esposo referiu fazer alguns biscates, tendo declarado auferir uma média mensal de 380,00€.

Cálculos

- Rendimento anual bruto do agregado familiar: 4.560,00€
- Rendimento mensal bruto do agregado familiar: 380,00€
- Rendimento mensal bruto *per capita* do agregado familiar: 126,67€

Verifica-se, assim, que o rendimento mensal *per capita* localiza-se dentro dos limites máximos fixados no regulamento municipal.

Procedeu-se ao cálculo do valor do apoio, conforme estipulado no ponto n.º1. do Artigo 6.º do Regulamento supra indicado:

Renda mensal: 280,00€

Rendimento mensal bruto: 380,00€

$Rm/RMBD \times 100 = 280,00\text{€} / 380,00\text{€} \times 100 = >50$

Todavia este ano de apoio, seria o 4º ano do apoio, sendo que segundo o regulamento vigente para o apoio ao arrendamento, concretamente o ponto 3 do artigo 6º, *"O apoio será atribuído por um período de 12 meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar"*.

O mesmo artigo refere ainda que *"Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão câmara municipal deliberar sobre os mesmos."*



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

60
Hélio6SL

INFORMAÇÃO

Apreciação Técnica

Em síntese estamos perante um agregado familiar com muitas dificuldades económicas, o qual vem solicitar a renovação extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional.

De um modo geral, tendo em conta o exposto deixa-se à consideração superior a atribuição do alargamento do apoio.

Assim sendo, de acordo com o ponto 6 do artigo 6º, pelo que considera-se que a atribuição em caso de deferimento deverá ter a comparticipação do terceiro ano de apoio, 27% do valor da renda, correspondente a 75,60€ mensais.

À consideração superior,

Milene Mendonça
Milene Mendonça



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

61
Hélio Costa

Aprovado em reunião

de 29 AGO, 2017

N.º Propostas/2017/286

ASSUNTO:

Apoio a conceder à Associação de Pais da Escola Secundária, com terceiro ciclo, de Vila Real de Santo António no âmbito da colocação de pavimentação do espaço desportivo exterior na escola secundária.

CONSIDERANDO QUE:

1. A requalificação da Escola Secundária de Vila Real de Santo António, sede de Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António, foi realizada ao abrigo do Programa de Modernização do Parque Escolar, tendo sofrido uma reestruturação financeira no decorrer da sua construção, o que originou um conjunto de alterações ao projeto inicial;
2. A reestruturação financeira operada traduziu-se na desvalorização das instalações e espaços desportivos, ficando os mesmos pouco adequados às exigências do ensino e aprendizagem, nomeadamente quanto à sua funcionalidade e segurança, comprometendo o cumprimento integral dos programas da disciplina de desporto e deixando a escola secundária numa situação de dependência das instalações municipais para dar cumprimento aos programas curriculares;
3. A utilização das instalações municipais implica a saída do estabelecimento escolar, o percurso até as instalações municipais desportivas e o regresso ao estabelecimento escolar que nem sempre é autorizado pelos encarregados de educação;
4. A Associação de Pais da Escola Secundária, com terceiro ciclo, de Vila Real de Santo António solicitou à autarquia uma comparticipação financeira no valor de 10.003,22 € para poder avançar com a colocação de pavimentação do espaço desportivo exterior na escola secundária de Vila Real de Santo António;
5. À Câmara Municipal, conforme referem a alínea u), n.º 1, art.º 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12/09, na redação que lhe conferiu a Lei n.º 69/2015, de 16/07, compete-lhe: "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

promoção da saúde e prevenção das doenças”;

6. A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António tem promovido, desse sempre, medidas de combate à exclusão social e abandono escolar e de igualdade de oportunidade no acesso e sucesso escolar;
7. A execução da atribuição deste apoio financeiro será sempre condicionada pela existência de fundos disponíveis.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar o apoio financeiro a conceder à Associação de Pais da Escola Secundária, com terceiro ciclo, de Vila Real de Santo António no âmbito da colocação de pavimentação do espaço desportivo exterior na escola secundária, no valor de 8.132.70€ + IVA.

Vila Real de Santo António, 23 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Sandra Carmo

62
Hélio Gsl.

De: Madalena Carvalho
Enviado: segunda-feira, 21 de Agosto de 2017 08:57
Para: Expediente
Assunto: FW: PAVIMENTAÇÃO DO ESPAÇO DESPORTIVO EXTERIOR NA ESCOLA SECUNDÁRIA DE V.R.S. A. - PEDIDO DE COLABORAÇÃO
Anexos: Pavimento - município de VRSA.pdf; Orçamento camada final - Escola sec. VRSA.pdf

De: Associação Pais e EE Escola Secundária de VRSA [<mailto:apeesvrsa@gmail.com>]

Enviada: domingo, 20 de Agosto de 2017 22:20

Para: Madalena Carvalho

Assunto: PAVIMENTAÇÃO DO ESPAÇO DESPORTIVO EXTERIOR NA ESCOLA SECUNDÁRIA DE V.R.S. A. - PEDIDO DE COLABORAÇÃO

Boa noite,

Remetemos, em anexo, carta dirigida ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Com os melhores cumprimentos,

A Direção

*Associação de Pais e Encarregados de Educação da
Escola Secundária, com 3.º ciclo, de Vila Real de Santo António
Rua de Angola, 8900-255 Vila Real de Santo António
E-Mail: apeesvrsa@gmail.com*



Por favor, pense na sua responsabilidade ambiental antes de imprimir esta mensagem.



Sem vírus. www.avast.com



Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária, com 3.º Ciclo,
de Vila Real de St.º António



63
Hélio6st.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Municipal de Vila Real de Santo António
Eng.º Luís Filipe Soromenho Gomes

Nossa Ref. 023/2017

**Assunto: PAVIMENTAÇÃO DO ESPAÇO DESPORTIVO EXTERIOR NA ESCOLA
SECUNDÁRIA DE V.R.S. A. - PEDIDO DE COLABORAÇÃO**

Como é do conhecimento de Vossa Excia., a requalificação da Escola Secundária de Vila Real de Santo António, sede de Agrupamento, foi realizada ao abrigo do Programa de Modernização do Parque Escolar, tendo sofrido uma reestruturação financeira no decorrer da sua construção, o que originou um conjunto de alterações ao projeto inicial.

A reestruturação financeira operada traduziu-se na desvalorização das instalações e espaços desportivos, ficando os mesmos pouco adequados às exigências do ensino e aprendizagem, nomeadamente quanto à sua funcionalidade e segurança, comprometendo o cumprimento integral dos programas da disciplina de desporto e deixando a escola secundária numa situação de dependência das instalações municipais para dar cumprimento aos programas curriculares.

A este propósito, a comunidade educativa reclamou, em tempo útil, junto do Ministério da Educação e da Parque-Escolar a correção da situação devido à insegurança dos alunos aquando da utilização dos espaços desportivos, cujos pavimentos exteriores são constituídos por betão poroso, altamente abrasivo, onde muitos alunos já caíram ficando com golpes, escoriações e queimaduras de abrasão; de referir ainda que as restantes infra-estruturas desportivas, nomeadamente o polidesportivo semicoberto e o ginásio adaptado não são, de igual modo, uma solução viável para a prática desportiva.

Na sequência das diligências efetuadas, foi-nos transmitido que as soluções de projeto foram as mais adequadas e que o caderno de encargos tinha sido integralmente cumprido nesta matéria, não sendo possível efetuar quaisquer intervenções de remodelação das infraestruturas, o que muito nos surpreendeu, pois este tipo de pavimentos não foi aplicado em nenhuma outra escola do Algarve intervencionada pela Parque-Escolar.

Recentemente, obtivemos da Parque-Escolar o compromisso de que irá ser colocada, durante o mês de agosto, uma camada de "betuminoso" assente na base já existente de forma a regularizar o pavimento, para nós o reconhecimento de que os pavimentos não são efetivamente os adequados, mas apenas serão intervencionados os campos exteriores, continuando a não ser equacionada qualquer camada de acabamento.

Esta Associação de Pais e a Direção do Agrupamento estiveram presentes nos testes para aplicação da referida camada de betuminoso, constatando-se que, não obstante se verificar uma melhoria relativamente ao pavimento inicial, a solução agora encontrada ainda não vem colmatar a insegurança dos alunos na prática desportiva, pois o nível de rugosidade do betuminoso é ainda muito acentuado.



Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária, com 3.º Ciclo,
de Vila Real de St.º António

Atendendo a que a Parque-Escolar, e após insistência da nossa parte, não se mostrou disponível para o pagamento de uma camada resinosa de acabamento, solução que permitiria a prática desportiva em segurança, pelo menos nos espaços exteriores, a Associação de Pais solicitou à empresa que vai aplicar a camada de betuminoso um orçamento para a colocação de uma resina de acabamento, em anexo.

Assim, o custo previsto para esta intervenção ascende a 12.855,96 € (iva incluído), valor este que a Associação de Pais não detém por ainda não contar com um orçamento próprio para as suas atividades, nem cobrar quaisquer cotas aos seus associados.

Deste modo, e como última hipótese para responder às exigências da prática desportiva sem continuar a depender totalmente das infraestruturas municipais e dos bombeiros voluntários, vimos por este meio solicitar a colaboração dessa autarquia através de um apoio, correspondendo este à percentagem de alunos oriundos desse município e inscritos na escola secundária. Em termos estatísticos, a escola secundária de VRSA contou, no ano transato, com 960 alunos inscritos, dos quais 747 (77,81%) são oriundos do município de VRSA, 189 (19,68%) provêm do município de Castro Marim e 24 (2,51 %) do Município de Alcoutim.

Na sequência do referido anteriormente, vem esta Associação de Pais solicitar a Vossa Excia. um subsídio de 10.003,22 € para poder avançar com a reparação do referido pavimento exterior. Para o efeito, a colaboração dessa Autarquia poderá ser efetuada através de transferência para a conta bancária da Associação de Pais da Escola Secundária, com terceiro ciclo, de VRSA, com o NIB: 0033-0000-45507667662 e NIPC: 514135166.

Certos da melhor atenção de V. Excia. sobre este assunto, agradecemos desde já a sensibilidade demonstrada e o contributo do Município de Vila Real de Santo António na resolução deste problema que causa tantos constrangimentos aos nossos educandos.

Vila Real de Santo António, 18 de agosto de 2017

O Presidente da Direção,

José António Guerreiro dos Ramos

PROPOSTA DE PREÇOS - 009B Associação de Pais e Encarregados de Educação /17**CLIENTE :** Associação de Pais e Encarregados de Educação ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**LOCAL :** VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Art.º	DESIGNAÇÃO	LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS				
		UN.	QUANT.	Refª	TOTAIS PARCIAIS	
					P. Unitários	Parciais
1.1	Fornecimento e aplicação de uma camada de PLAYPARC PRÉMIX na cor verde clara ou outra a escolher do catalogo.	m2	2680,00	Playparc PRÉMIX	3,75 €	10 050,00 €
Alt	Fornecimento e aplicação de uma camada de PLAYPARC PRÉMIX em duas cores a escolher do catalogo.	m2	2680,00	Playparc PRÉMIX	3,90 €	10 452,00 €

CONDIÇÕES COMERCIAIS**PRAZO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS**

Os trabalhos terão uma duração aproximada de 2 dias.

O início dos trabalhos poderá dar-se juntamente com os restantes trabalhos, dependendo a sua execução das condições especiais da presente proposta.

GARANTIAS

Os Pavimentos serão garantidos por 2 anos

Esta garantia abrange apenas deficiente qualidade de material não cobrindo danos causados pelo desligamento da base em betão poroso ou violência mecânica.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Com a conclusão dos trabalhos.

Os preços apresentados acrescerá o Imposto sobre o valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor

VALIDADE DA PROPOSTA

A validade da proposta é de 30 dias para um trabalho a efetuar nos dois meses seguintes à data da encomenda.

A presente proposta só é válida para as quantidades constantes na mesma.

CONDIÇÕES TÉCNICAS DE EXECUÇÃO

Entendem-se como medidas essenciais para uma eficaz realização dos nossos trabalhos, as seguintes:

Período de 15 dias seguidos sem chuva

Energia elétrica (220 V), e tomada de água no local da obra cujos consumos serão por conta do dono da obra.

Interdição de pessoas estranhas às obras, garantida pelo dono da obra.

Lisboa, 16 de Agosto de 2017

Playparc - Pavimentos e Equipamentos Desportivos, Lda

A gerência



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

65
Hélio Gsl.

N.º Propostas/2017/287

Aprovado em reunião
de 29 AGO, 2017

ASSUNTO:

Apoio a conceder à Casa do Sport Lisboa e Benfica em Vila Real de Santo António para a remodelação e obras na sede e no apoio à organização do evento "11º Passeio cicloturismo"

CONSIDERANDO QUE:

1. Por requerimento apresentado no dia 11 de agosto de 2017, veio a Casa do Sport Lisboa e Benfica em Vila Real de Santo António requerer um apoio ao Município destinado a auxiliar esta entidade na remodelação e obras na sede e no apoio à organização do evento "11º Passeio cicloturismo";
2. Considerou-se ser necessário um apoio no montante de 15.000,00€;
3. Nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;
4. A execução da atribuição deste apoio será sempre condicionada pela existência de fundos disponíveis.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar a atribuição de um apoio no montante de 15.000€ (quinze mil euros) à Casa do Sport Lisboa e Benfica em Vila Real de Santo António para a remodelação e obras na sede e no apoio à organização do evento "11º Passeio cicloturismo".

Vila Real de Santo António, 23 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



66
H. C. S. L.

Exma. Sra.

Vice-Presidente da Câmara Municipal de
Vila Real de Santo António

8900 Vila Real de Santo António

Vila Real de Santo António, 11 de agosto de 2017

Assunto: APOIOS PARA REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES E ATIVIDADES

A Casa do Sport Lisboa e Benfica em Vila Real de Santo António pretende remodelar a sua sede social com a finalidade de garantir melhores condições e, por conseguinte, mais qualidade e mais comodidade, assim como capacitar o espaço para eventos culturais e recreativos.

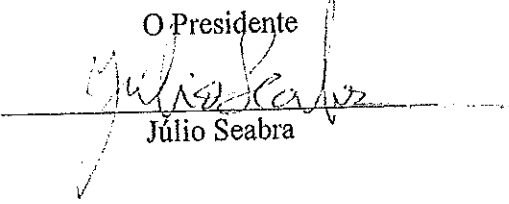
Atendendo a que cada vez temos uma maior afluência de sócios, simpatizantes e visitantes, verificamos que existe necessidade de efetuar algumas obras, nomeadamente remodelação da rede elétrica, rede de esgotos, sistema de exaustão e outros melhoramentos, designadamente a substituição do projetor de vídeo.

Face ao exposto, vimos solicitar a V. Exa. o apoio para a referida remodelação e obras e ainda o apoio para a organização do 11.º Passeio de Cicloturismo, que a cada ano conta com mais participantes, sendo necessário corresponder a essa mesma crescente adesão, com qualidade e inovação, demonstrando o bom acolhimento de Vila Real de Santo António.

Para tal, prevemos custos de 10.000,00€ (dez mil euros) para a remodelação e de 5.000,00€ (cinco mil euros) para o evento desportivo, num total de 15.000,00€ (quinze mil euros).

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente


Júlio Seabra



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

67
Xs
Hélio G. L.

N.º Propostas/2017/288

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

ASSUNTO:

Apoio a conceder à Associação Naval do Guadiana para participação de 8 velejadores no Campeonato de Portugal de Infantis e Iniciados

CONSIDERANDO QUE:

1. A Associação Naval do Guadiana veio requerer um apoio ao Município destinado à participação de 8 velejadores, daquela associação, no Campeonato de Portugal de Infantis e Iniciados, a realizar-se na Ilha da Madeira, de 30 de agosto a 4 de setembro do corrente ano;
2. Considerou-se ser necessário um apoio no montante de 3.000,00€;
3. O Município de Vila Real de Santo António tem desenvolvido desde sempre políticas de apoio aos jovens desportistas do Concelho, como forma de premiar e incentivar o esforço de todos os que optam por seguir pela via do desporto como uma opção saudável de vida;
4. Nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;
5. A execução da atribuição deste apoio será sempre condicionada pela existência de fundos disponíveis.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar a atribuição de um apoio no montante de 3.000€ (três mil euros) à Associação Naval do Guadiana para participação de 8 velejadores no Campeonato de Portugal de Infantis e Iniciados.

Vila Real de Santo António, 23 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



Associação Naval do Guadiana

68

Hélio G. L.

Município V. R. S. António

Entrada

N.º 12696

Ano: 22 AGO. 2017

Ex.ª Senhora

Vereadora Dr.ª Conceição Cabrita

CÂMARA MUNICIPAL DE

Vila Real de Santo António

Praça Marquês de Pombal

8900 Vila Real de Santo António

Sua referência

Data

21/08/2017

Nossa referência

119/ 08/LM-AC

Data

2017/08/21

Assunto: "Campeonato de Portugal de Infantis e Iniciados na Ilha da Madeira de 30 de Agosto a 04 de Setembro"

Exma. Senhora,

Fruto das classificações obtidas pelos nossos velejadores nas provas de apuramento, ficámos com 8 velejadores apurados para participar no Campeonato de Portugal que se realiza na Madeira, de 30/08 a 04/09 do corrente ano.

Como se pode verificar pelo Anúncio em anexo, a Federação Portuguesa de Vela comparticipa com o transporte das embarcações sendo o restante a cargo dos participantes.

Anexamos para análise o Anúncio, inscrições e bilhetes de avião dos 8 velejadores e treinador.

Pelo orçamento anexo discriminativo no valor de 5104,52 Euros, verifica-se o elevado custo desta participação que terá também a comparticipação dos velejadores, apesar de haver alguns cujas condições económicas não permitem tal esforço económico.

Sendo prática do Município a comparticipação nas despesas de deslocação às Ilhas e Estrangeiro e tratando-se de jovens de escalões infantis e iniciados, serve o presente para dar a conhecer ao Município a referida deslocação e por à consideração do mesmo a atribuição de subsídio de comparticipação nas despesas.

Ficamos, pois, a aguardar a decisão sobre este particular, desde já gratos pela atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos,

De V.Ex.ª

Atentamente

(Luis Manuel Dias Gomes Madeira)

Associação Naval do Guadiana



69
Hélio Gosh

Orçamento para Campeonato de Portugal de Infantis e Iniciados

Saída prevista para dia 30 de Agosto e regresso no dia 04 de Setembro

Velejadores: 8

Alimentação de 1 Treinador	6 dias x 20 =120 €
Alimentação de 8 velejadores	6 dias x 20 x 8 =960 €
Gasolina de Barco a motor	4 dias de água x10 € = 40 €
Alojamento (apartamento)	300 €
Passagem aérea	2294.52€
Ida a Lisboa e volta (2 vezes)	450 €
Estacionamento aeroporto	100€
Ida a Lisboa carregar barcos no contentor (e recuperar barcos depois da prova)	500€
Caução licras e bandeiras	100€
Inscrições	240€
Total	5104.52 €

5104.52 dividindo por 8 velejadores = 638.06 cada

Cada velejador tem de comparticipar com 200.00 Euros

18 / 08 / 2017

Edgar Pádua



VILAREALSTºANTONIO

Proposta



to
Hélio

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/289

ASSUNTO:

Apoio a conceder ao Grupo Desportivo "Os Cuicos" para o apetrechamento da secção de Futebol de Formação

CONSIDERANDO QUE:

1. Por requerimento apresentado no dia 22 de agosto de 2017, veio Grupo desportivo "Os Cuicos" requerer um apoio ao Município destinado ao apetrechamento da secção de Futebol de Formação.
2. O Futebol de Formação têm como objetivos possibilitar a todas as crianças a oportunidade de praticar futebol como um desporto de recreação, tempo livre e formação, promover as aprendizagens de práticas de futebol para uma formação integral da criança e fomentar a aquisição de hábitos de educação e higiene, para que no futuro sejam membros ativos na sociedade;
3. Considerou-se ser necessário um apoio no montante de 5.000,00€;
4. Nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;
5. A execução da atribuição deste apoio será sempre condicionada pela existência de fundos disponíveis.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar a atribuição de um apoio no montante de 5.000€ (cinco mil euros) ao Grupo Desportivo "Os Cuicos" para o apetrechamento da secção de Futebol de Formação.

Vila Real de Santo António, 23 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013;

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Grupo Desportivo Os Cuicos

Handwritten signature and date:
Hélio Costa
11/08/17

Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Monte Gordo, 22 de Agosto de 2017.

Handwritten date:
12/08/2017

Exma. Sr.^a Vereadora do Desporto e Juventude,

Dr.^a Conceição Cabrita,

Como será do conhecimento de V/ Exa. o Grupo Desportivo Os Cuicos nasceu da vontade livre e esclarecida de um grupo de pessoas, na sua maioria naturais de Monte Gordo que, de forma informal através de jogos de futebol de veteranos, já representavam Monte Gordo, levando o nome desta vila a vários sítios do algarve e do país.

Para além de manter a equipa de veteranos, o Grupo Desportivo Os Cuicos pretende também, já na próxima época desportiva, devolver às crianças de Monte Gordo, o futebol de formação.

Sucede que a criação de uma equipa de formação, com um treinador qualificado e toda a logística que implica uma época desportiva numa competição da Associação de Futebol do Algarve, acarreta custos significativos.

Feito um orçamento, percebemos que para poder proporcionar às crianças e jovens que pretendem jogar futebol condições dignas para o fazer e para fazer face às despesas de uma época desportiva, nomeadamente com a compra de equipamentos, de material desportivo e várias deslocações, necessitamos da comparticipação e do apoio financeiro da Câmara Municipal.

Nesse sentido, solicitamos a V/ Exas. uma comparticipação exclusivamente para o futebol de formação e para a época desportiva de 2017/2018, no valor de €5 000,00 (cinco mil euros).


Grupo Desportivo Os Cuicos

Da nossa parte comprometemo-nos a canalizar tal verba única e exclusivamente para o futebol de formação e para os jovens atletas que dele venham a fazer parte. Comprometemo-nos, ainda, a apresentar junto de V/ Exas. os comprovativos necessários de forma a comprovar tal compromisso.

Encontramo-nos disponíveis para agendar uma reunião, caso V. Exa. veja nisso interesse.

Antecipadamente grato pela atenção dispensada,
Subscrevo-me com elevada consideração

O Presidente do Grupo Desportivo Os Cuicos





VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Hélio Costa

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/292

ASSUNTO:

Apoio a conceder à Associação de Pesca Artesanal da Baía de Monte Gordo

CONSIDERANDO QUE:

1. Por requerimento apresentado no dia 21 de agosto de 2017, veio a Associação de Pesca Artesanal da Baía de Monte Gordo requerer um apoio ao Município destinado a auxílio na reparação e apetrechamento das barracas de aprestos, do Sr. Jacinto João Justo Botequilha e do Sr. José Alfredo dos Santos Martins, afetadas pelo incêndio ocorrido no passado dia 19 de agosto.
2. Considerou-se ser necessário um apoio no montante de 5.000,00€;
3. Nos termos do artigo 33.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
4. A execução da atribuição deste apoio será sempre condicionada pela existência de fundos disponíveis.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar a atribuição de um apoio no montante de 5.000€ (cinco mil euros) à Associação de Pesca Artesanal da Baía de Monte Gordo.

Vila Real de Santo António, 24 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



Urb. Monte Fino Lt. 107 r/c direito
8900-111 Monte Gordo

Handwritten signature and initials.

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Vila Real de Santo António

Monte Gordo, 21 de Agosto de 2017

Assunto: Pedido de Subsídio extraordinário

Exmo. Senhor

Como é do conhecimento de V.Exa. no passado dia 19 de Agosto corrente, ocorreu um incêndio numa barraca de apoio á pesca que infelizmente contagiou uma das barracas contíguas, na zona da Associação de Pesca Artesanal da Baía de Monte Gordo.

Conforme pode confirmar pelos documentos anexos (2 declarações de perdas) os pescadores atingidos, ficaram incapacitados para a sua actividade profissional, não tendo igualmente capacidade financeira para repor os haveres perdidos.

Assim sendo, e porque o montante dos estragos, orçam 5.000€ (Cinco mil euros), venho por este meio requerer de V.Exa. que se digne conceder a esta Associação de Pescadores um subsídio extraordinário de idêntico montante, para fazer face aos estragos causado.

Desta forma, a retoma da faina pesqueira destes dois sinistrados será rápida e sem custos sociais dramáticos, que são sempre lamentáveis.

Assim, apelo ao seu elevado sentido de justiça e de humanismo, para que tal se concretize.

Com os melhores cumprimentos,

Anexo: O mencionado

Associação Pescadores de Pesca Artesanal
da Baía de Monte Gordo
F. Manuel José Pina da Silva
Cont. N.º 503 116 262

DECLARAÇÃO

15
Hélio G. L.

Eu, Jacinto João Justo Botequilha, portador do CC 13553279, morador na Rua Nova de Lisboa, Lt 11, concelho de Vila Real de Santo António, proprietário da embarcação "Adriano" com a matrícula VR-112-L, venho por este meio declarar as perdas ocorridas na minha barraca de aprestos para apoio à minha actividade piscatória, e que são:

1 Gerador

20 panos de rede

3 coletes de salvação

1 farda completa de trabalho (botas colete, casaco, blusas e manguitos)

20 panos de fibra de vidro para reparação naval

Várias latas de resina de reparação naval

Várias latas de selante marítimo

Várias latas de tinta para pintura de cascos

Diversos utensílios para a faina marítima

E por ser verdade, vai por mim assinada.

Monte Gordo, 21 de Agosto de 2017

O Declarante,

Jacinto João Justo Botequilha

DECLARAÇÃO



76
Hélio G. L.

Eu, José Alfredo dos Santos Martins, portador do CC 09301993, morador na Rua Nossa Senhora das Dores, 20, freguesia de Monte Gordo e concelho de Vila Real de Santo António, proprietário da embarcação "RENATO" com a matrícula VR-371-L, venho por este meio declarar as perdas ocorridas na minha barraca de aprestos para apoio à minha actividade piscatória, e que são:

20 panos de rede

3 coletes de salvação

1 farda completa de trabalho (botas colete, casaco, blusas e manguitos)

10 panos de fibra de vidro para reparação naval

1 GPS + Carta de Fundo

Vários rolos de cabo

10 Rolos de fio de poliuretano

1 Lixadeira

1 Tico-Tico

1 Rebarbadora

Diversos utensílios para a faina marítima

E por ser verdade, vai por mim assinada.

Monte Gordo, 21 de Agosto de 2017

O Declarante,

José Alfredo dos Santos Martins



VILAREALSTºANTONIO

Proposta



47
Hélio Costa

Aprovado em reunião
de 29 AGO, 2017

N.º Propostas/2017/276

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Sra. D. Maria Alexandra Freitas Gurtner manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 22 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Doação de Maria Alexandra Freitas Gurtner

A maçonaria portuguesa e o Estado Novo / A.H. Oliveira Marques
Narrativas e lendas da antiga Roma / V. Chirone e F. Iesi
Enterra-me com as botas / Sally Trench
Fogos / Marguerite Yourcenar
Bebés para queimar / Michael Litchfield e Susan Kentish
Vingt mille lieues sous les mers / Jules Verne
As origens da burguesia / Régine Pernoud
Teatro II, o destino morreu de repente / Alves Redol
O diário de Michèle / Jacques Loew
Viagem à droga / Gérard Borg
Azul cobalto / Patricia Highsmith
O filho de Thor – volume II / Juliet Marillier
Diário de um homem insofrido / Armando Reis
Lenine e a religião / Edit. Assirio & Alvim
Que é o feudalismo? / F.L. Ganshoe
Narrativas e lendas do antigo Peru / Renat Gelardini
Narrativas e lendas da antiga Grécia / Nathaniel Hawthorne
O juiz / Hall Caine
Madame Cure / Eileen Bigland
Florence Nightingale / Margaret Leighton
Otelo / Shakespeare
A droga perguntas e respostas / António Carlos Monteiro...[et al.]
A caixa, e atrás do biombo / Agatha Christie....[at al.]
Um homem sem passado / Peter May
O papalagui / Erich Scheurmenn



Love story / Erich Segal

Tradições ocultas dos ciganos / Pierre Derlon

A vida quotidiana no Egipto / Pierre Monet

A vida quotidiana dos Aztecas / Jacques Soustelle

O céu não tem favoritos / Erich Maria Remarque

A casa de papel / Françoise Mallet-Joris

Por uma democracia anti-capitalista / Mário Sottomayor Cardia

Lutas sociais na Roma antiga / Léon Bloch

O barredo /

Citologia / G.B. Wilson e John H. Morrison

O caso da loja de flores / E. Stanley Gardner

Moçambique terra queimada / Jorge Jardim

A grande muralha da China / Franz Kafka

América / Franz Kafka

Le silence de la mer / Vercors

Diálogos III / Platão

Um esquema / Clara Pinto Correia

Mil novecentos e oitenta e quatro / George Orwell

Constantino / Alves Redol

Ninguém escreve ao coronel / Gabriel García Márquez

Ciências naturais; geologia / A.M. Galopim de Carvalho

Joana d'arc / Jeannette Covert Nolan

Louis Pasteur / Alida Sims Malkus

A vida trágica de Vangogh / Irving Stone

Os meus problemas / Miguel Esteves Cardoso

O quinto filho / Doris Lessing



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

80
Hélio Gsl.

Aprovado em reunião
de 29 AGO, 2017

N.º Propostas/2017/277

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Sra. D. Maria Eugénia Sarmento Caeiro manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 22 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Doação de Maria Eugénia Sarmento Caeiro 3-5-17

Ao encontro de animais de estimação / Edit. Editorial Estampa, Lda.

O livro médico dos remédios caseiros / Hugh O'Neill

Cozinhar com vegetais / Maria de Lourdes Modesto

Legumes sem desculpa / Fernando Póvoas e Henrique Sá Pessoa

Conta com carros / Edit. Everest Editora

Do-in / Jaques de Langre

Danças regionais portuguesas / Mocidade Portuguesa Feminina

Receitas & humor 1º e 2º / Ljubomir Stanisic e Fernando Alvim

Manuel de jogos educativos / Mocidade Portuguesa Feminina

Pilates / Alycea Ungaro

Os menus do chef / António Nobre

Cozinhando com microondas / Edit. Sociedade Editorial e Livreira, Lda

Sabe comer com pauzinhos / Cecilia Jorge

Um mundo de sabores, páscoa / Edit. Selecções do Reader's Digest

Guia completo de alongamento / Sven-A. Sölveborn

Receitas de low-cost / Filipa Vacondeus

O atum à sua mesa / Edit. Viprensa, Lda.

Cozinha de Macau / Graça Pacheco Jorge

O meu livro de jogos ao ar livre / Claude Appell



VILAREALSTºANTONIO

Proposta



82
Hélio G. S.

Aprovado em reunião

de 29 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/278

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Sra. D. Maria Manuel Pereira manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 22 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



Doação de Maria Manuel Pereira

A vida é bela / Roberto Benigni e Vincenzo Cerami

Guia de vinhos / Edit. Edideco

As ondas / Virginia Woolf

O ladrão de bicicletas / Piet Hein

Os novíssimos putos / Altino do Tojal

O sindicato empresa / Paulo Pereira de Almeida

O testamento... [et al.] / John Grisham ...[et al.]

Este país não é para velhos / Cormac McCarthy

O retrato / Nikolai Gógol

Palomar/ Italo Calvino

Polícias sem história / Francisco Moita Flores

O profundo silêncio das manhas de domingo / Manuel Jorge Marmelo

As horas / Michael Cunningham

Amores / Miguel Unimuno e Sherwood Anderson

Comédia urbana / Ring Lardner e James Joyce



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

84
Heitor G. S. L.

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/279

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Sra. D. Ketí Krasimirova Angelova manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 22 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Doação de Keti Krasimirova Angelova

Acredita mãe todos fazem isto / Roni Cohen-Sandler

Eurídice / José Lins do Rego

Quero ser actor / Ana Magalhães e Isabel Alçada

Comer orar amar / Elizabeth Gilbert

Regresso do admirável mundo novo / Aldous Huxley

O milagre / Irving Wallace

Ps – eu amo-te / Hilary Swank e Gerald Butler

Gramatica do português actual / José de Almeida Moura

Corrupção / Luís de Sousa

O estado / John A. Hall e G. John Ikenberry

O fim da história e o último homem / Francis Fukuyama

A segunda dama / Irving Wallace

A vida é breve / Jostein Gaarder

A obsessão do fogo / Umberto Eco e Jean-Claude Carrière

A paixão de Descartes, erva do diabo / Teresa Moure

Sprookjes van de efteling / Martin Býl e Anton Pieck

As manhãs do eterno nada / Patricia Highsmith

4 ismos e foco / William Ebenstein

O todo-poderoso / Irving Wallace

Globalização democracia e terrorismo / Eric Hobsbawm

O inimigo público / Nuno Rogeiro

O regresso da história e o fim dos sonhos / Robert Kagan

Na relva da ta lembrança / Herberto Sales

Múltiplas modernidades / S.N.Eisenstadt

O fiel jardineiro / John le Carré



Felizmente à luar / Luís de Sttau Monteiro

O nó na garganta/ Rita Ferro

Falar verdade a mentir / Almeida Garret

86
Heicost



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

84
Hélio GSH

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/280

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Sra. D. Maria Luisa Matoso manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 22 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Doação de Maria Luisa Matoso

A flauta mágica / Wolfgang Amadeus Mozart
Humor Lusófono / Produ. Humorgrafe... [et al.]
Mónica / Aquilino Ribeiro
Portugal? Golpe o revolucion? / Vicente Talón
As possessões Portuguesas / Julio do Amaral
O trabalho antologia poética / Armando Cerqueira
The road for the future / Oliveira Salazar
Nexus / Henry Miller
A biblioteca dos signos, peixes / Julia e Derek Parker
O mundo louco dos gatos / Bill Stott
Esther / Racine
Portugal / Miguel Torga
Belas artes e malas-artes / António Lopes Ribeiro
Agapinho / Marcelo Rossi
Manual de primeiros socorros / Ana Maria Barros Pinto
Alzira guardadora de cordeiros e dos meus sonhos / Gouveia Osório
Antologia de poesia latina erótica e satírica / Fernando ribeiro de Mello
Os sindicatos e o salazarismo / José Pedro Castanheira
Caprichos de ceniza / Maria José Boyero
Democracia incompleta / R. Rebelo de sousa e G. Oliveira Martins
A expansão quatrocentista dos portugueses / Herlander Machado
O concelho da Amadora / A. Martinho Simões
Crendices / Manuel Milheiras Cortiço
Maddie o diário de um mistério / Edit. Jornal Correio da Manhã

Memória breve de uma cidade / Cândido Velha

Os meus fantoches / Armando Ferreira

Novas cartas portuguesas / Maria Isabel Barreno...[et al.]

Os futuristas russos / Georgette Emília

Cadernos de apoio à gestão municipal; freguesia / Edt. Fundação Oliveira Martins

É divertido conhecer pessoas / Phyllis M. shaw

Tempos, lugares, pessoa / Nuno Teotónio Pereira

Perguntas perfectas respostas perfectas / Gloria A.Sri Guru y Gaurānga

Contra o fanatismo / Amos Oz

Discursos políticos / Domingos Arouca

Eu fui vagabundo / Roussado Pinto

Cinco séculos do capitalismo / Herlander Machado

O especialista instantâneo -5 volumes / Edit. Jornal O Público

Santos de Portugal / Américo Cortez Pinto

Cara lh'amos / Melo e Castro

Um guia telemóvel para guardar / TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais

Os cavalos também se abatem / Horace McCoy

O mundo que o português criou / Gilberto Freyre

Constituição da república Portuguesa / Edit. Assembleia da Republica

Pedaços da minha escola / Edit. Escola Preparatória de Nordeste

Angola un pays fabuleux / Luis Palenque

Manual de desenho e letras / José F. Couto

Poemas de António Gedeão / António Gedão

Príncipes d'action / Oliveira Salazar

Poupança reforma / Maria Teresa Medeiros Garcia

Alvin van Loan Gaines / Hans M. F. Schulman



90
Heuc6sl.

A quinta de recreio dos Marqueses de Pombal Oeiras / Rodrigo Alves Rodrigues Dias

Boletim da sociedade de geografia de Lisboa; Janeiro-Junho 1984 / Óscar Soares Barata

Como viver com o euro / Isabel Ucha e Paulo Almeida Sande

Casa da margem esquerda / Nuno Bermudas

Vasco da Gama – IV volume / Geneviève Bouchon

Dossier Goa / Vassalo e Silva

Viver a música / Isabel Carneiro

Wort fur wort / Gisela Wohigemuth-Berglund

O limite / Maurice Sandoz

Sopa de pedra / A. Nunes Pereira

Mensagem aos portugueses do Ultramar / António de Almeida Santos

Os poemas da minha vida / Mário Soares



VILAREALSTºANTONIO

Proposta



91
Hélio G. S. L.

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/281

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Editora Tinta da China manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 22 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Doação de Editora Tinta da China

De todos para todos / Renato Miguel do Carmo e André Barata
Liberdade sem dogma / Carlos Leone e Manuela Rêgo
Os Bin Ladens, uma família árabe no século Americano / Steve Coll
A grande muralha e o legado de Tiananmen / Raquel Vaz-Pinto
Mixórdia de temáticas, série Miranda / Ricardo Araújo Pereira
Novíssimas crónicas da boca do inferno / Ricardo Araújo Pereira
Portugal pelo mundo disperso / Teresa Cid ...(et al.)
Como ler um escritor / John Freeman
Nos bastidores dos telejornais RTP1, SIC e TVI / Adelino Gomes
O estranho dever do cepticismo / Mário Mesquita
O rei dos vagabundos / Neal Stephenson
Não é fácil dizer bem / João Pedro George
Funcionários da verdade / Diana Andringa
O rapaz do seminário / John Cornwell
À tona de água / Isabel Guerra ...(et al.)
O socialismo nunca existiu? / Carlos Leone
Cadernos do Chade, dias de pó na fronteira do Darfur / Sandra Ferreira
Os Açores na política internacional / José Medeiros Ferreira
Grandes lições – volume 1 / Benjamin Arditi ...(et al.)
O longo curso / Pedro Aires e Maria Inácia Rezola
Ideias perigosas para Portugal / João Caraça e Gustavo Cardoso
Se não estudas estás tramado / Eduardo Marçal Grilo
Até não perceber / Fernanda Cândia
Sermões impossíveis / Fernanda Cândia
As caricaturas da primeira República / Osvaldo Macedo de Sousa



Os cartazes na primeira República / Maria Alice Samara e Tiago Baptista

O que está escrito nas estrelas –anos I e II / José Carlos Fernandes

Golfe em Portugal, 120 anos de história / Mafalda Lopes da Costa e Patricia Raimundo

A revolução dos média / Márcia Inácia Rezola e Pedro Marques Gomes

Cadernos balufuks 2 volumes / Daniel Blaufuks

O lugar do morto / José Eduardo Agualusa

Cidades sem nome / Fernanda Cândia

Quando o diabo reza / Mário de Carvalho

Tahrir os dias da revolução / Alexandra Lucas Coelho

Pobre e mal agradecido / Rui Tavares

Odalisca / Neal Stephenson

Dois rios / Tatiana Salem Levy

A vida de Nelson Mandela / Elleke Boehmer

O que parece é / Alberto Pena

A cimeira das Lages / Bernanrdo Pires de Lima

Deci clopédia / Gideon Haigh

O fiasco do milénio / Rui Tavares

Curupira Pirapora / Tatiana Salem Lvey

Lôá e a véspera do primeiro dia / Vera Tavares e Dulce Maria Cardoso

Lôá perdida no paraíso / Vera Tavares e Dulce Maria Cardoso

18 palavras difíceis / Luís Rainha

Che o argentino / Ernesto che Guevara

Antero de Quental e a viagem à América / Ana Maria Almeida Martins

A universidade mediaval em Lisboa séculos XIII-XVI / Hermenegildo Fernandes

100 mitos sobre o Médio Oriente / Fred Halliday

Portugal e a Europa, cronologia / Maria Fernanda Rollo...[et al.]

Portugal e a Europa, dicionário / Maria Fernanda Rollo...[et al.]

A chama imensa / Ricardo Araújo Pereira

Um homem sem pátria / Kurt Vonnegut

Portugal now / Ralph Fox

Ver Amália os filmes de Amália Rodrigues / Tiago Baptista

Right here, right now / David Fonseca

Mais postais da primeira República / António Ventura

Mário Soares na construção da democracia / Mário Mesquita

Falar é fácil / Zé Diogo Quintela

O regicídio / Maria Alice Samara e Rui Tavares

Testemunhas da guerra as crianças no regime nazi / Nicholas Stargardt

A invenção do cinema português / Tiago Baptista

O que é? / Ditz



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

95
Hélio Gsl

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

N.º Propostas/2017/282

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Academia Brasileira de Letras manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 22 de Agosto de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



96
Hélio L.

Doação de Academia Brasileira de Letras

Iracema / José de Alencar

Antologia poética / Castro Alves

Minha formação / Joaquim Nabuco

O cortiço / Aluísio Azevedo

CDU

01 AGO. 2017

Aprovado em reunião
de 29 AGO. 2017

97
H. H. H. H. H.

Município V. R. C. CDU Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Entrada
Nº 19354
Ano 01 AGO. 2017

Proposta de reposição dos 25 dias de férias para os trabalhadores do município de Vila Real de Santo António

Durante o período de intervenção da troika no nosso país, e com uma acção decisiva por parte do anterior Governo PSD/CDS, os direitos dos trabalhadores e do povo português foram profundamente atingidos. Entre outras malféitorias que o povo português está ainda hoje a pagar, o horário de trabalho na administração pública foi fixado nas 40 horas, foram eliminados 4 dias feriado, foram efectuados cortes nos vencimentos, agravados os impostos sobre os trabalhadores, foram cortados direitos no pagamento das horas extraordinárias e trabalho em dias de descanso.

Com a luta travada, com a alteração da correlação de forças alcançada nas eleições de Outubro de 2015, tem sido possível empreender um caminho de reposição de direitos e rendimentos que tinham sido roubados. Um caminho que já antes se havia iniciado, com a reposição do horário de trabalho das 35 horas para os trabalhadores das autarquias locais, cuja autonomia de gestão, foi colocada em causa durante este período, sendo que muitos municípios não só não aceitaram esse entendimento como fizeram valer a Lei e a Constituição.

É pois necessário prosseguir com a reposição de direitos que foram retirados aos trabalhadores, quer da administração pública, quer do sector privado. E, da mesma forma que foi possível, por via da celebração de Acordos Colectivos de Entidades Empregadoras Públicas, entre as autarquias e as organizações representativas dos trabalhadores (sindicatos), repor o horário de trabalho das 35 horas, também agora, estarão reunidas as condições para que, nos termos da lei, o município de Vila Real de Santo António, venha a acordar a reposição dos 25 dias de férias que existiam antes dos actuais 22. Trata-se de uma decisão que está neste momento a ser tomada por vários municípios, incluindo na região do Algarve.

Neste sentido, a CDU propõe que a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António tome as diligências necessárias junto dos seus serviços jurídicos e do sindicato representativo dos trabalhadores da autarquia para, no prazo de 1 mês, proceder à celebração de um acordo que permita a reposição dos 25 dias de férias.

Vila Real de Santo António, 1 de Agosto de 2017

O vereador da CDU



VILAREALSTºANTONIO

98
Hélio Gsl.

INFORMAÇÃO

DATA: 21 de Agosto de 2017

PARA: Presidente da Câmara Municipal

DE: Ana Teresa Guerreiro

ASSUNTO: Alteração do período de férias dos trabalhadores em funções públicas do Município de Vila Real de Santo António

No âmbito da proposta apresentada pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, a fim da mesma ser submetida a deliberação da câmara municipal, relativa ao acréscimo de três dias de férias ao período normal de férias dos trabalhadores do Município, cumpre-me informar o seguinte:

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) encontra-se prevista na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Ao abrigo do artigo 126.º n.º 2 da LGTFP, o período anual de férias tem a duração de 22 dias úteis. Ao período de férias previsto acresce um dia útil de férias por cada 10 anos de serviço efetivamente prestado (art.º 126.º n.º 4).

O n.º 5 do mesmo preceito legal prescreve que, a duração do período de férias pode ainda ser aumentada no quadro de sistemas de recompensa do desempenho, nos termos previstos na lei ou em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

Quanto ao aumento da duração do período de férias baseado no quadro de sistemas de recompensa do desempenho, previsto no artigo 52.º da lei que regula o SIADAP (Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro, alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 55-A/2010, de 31 de Dezembro e 66-B/2012, de 31 de Dezembro), desde 1 de janeiro de 2013 que tal aumento deixou de ser possível, por efeito da aplicação da Lei do Orçamento de Estado de 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro).



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

[Handwritten signature]



VILAREALSTºANTONIO

99
Helic6sl.

INFORMAÇÃO

Desta forma, a alteração do período normal de férias deverá ser formalizada através de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

O processo de celebração de um acordo coletivo de trabalho encontra-se previsto nos artigos 355.º e seguintes da LGTFP, devendo respeitar diversas fases, tais como, negociação entre os vários sindicatos e entidade pública, aprovação e celebração do acordo, depósito na DGAEP e publicação em Diário da República. Tal processo é moroso, levando por norma alguns meses até estar concluído. Desta forma, apesar de legalmente possível, é inexecutável a celebração do acordo no prazo de um mês, tal como peticionado pela bancada da CDU.

É o que me cumpre informar, salvo diversa opinião jurídica.

A chefe da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos

Ana Teresa Guerreiro

